Distribuição Gratuita

tribuna do LESTE

Ano XLVII | www.tribunadoleste.com.br | 07 de Março de 2021 | Nº 2665

Líder Soluções em Higienização inaugura novo showroom de produtos de limpeza

PÁGINA 06

Reflexão: três mulheres, três histórias, três vidas.

PÁGINA 03

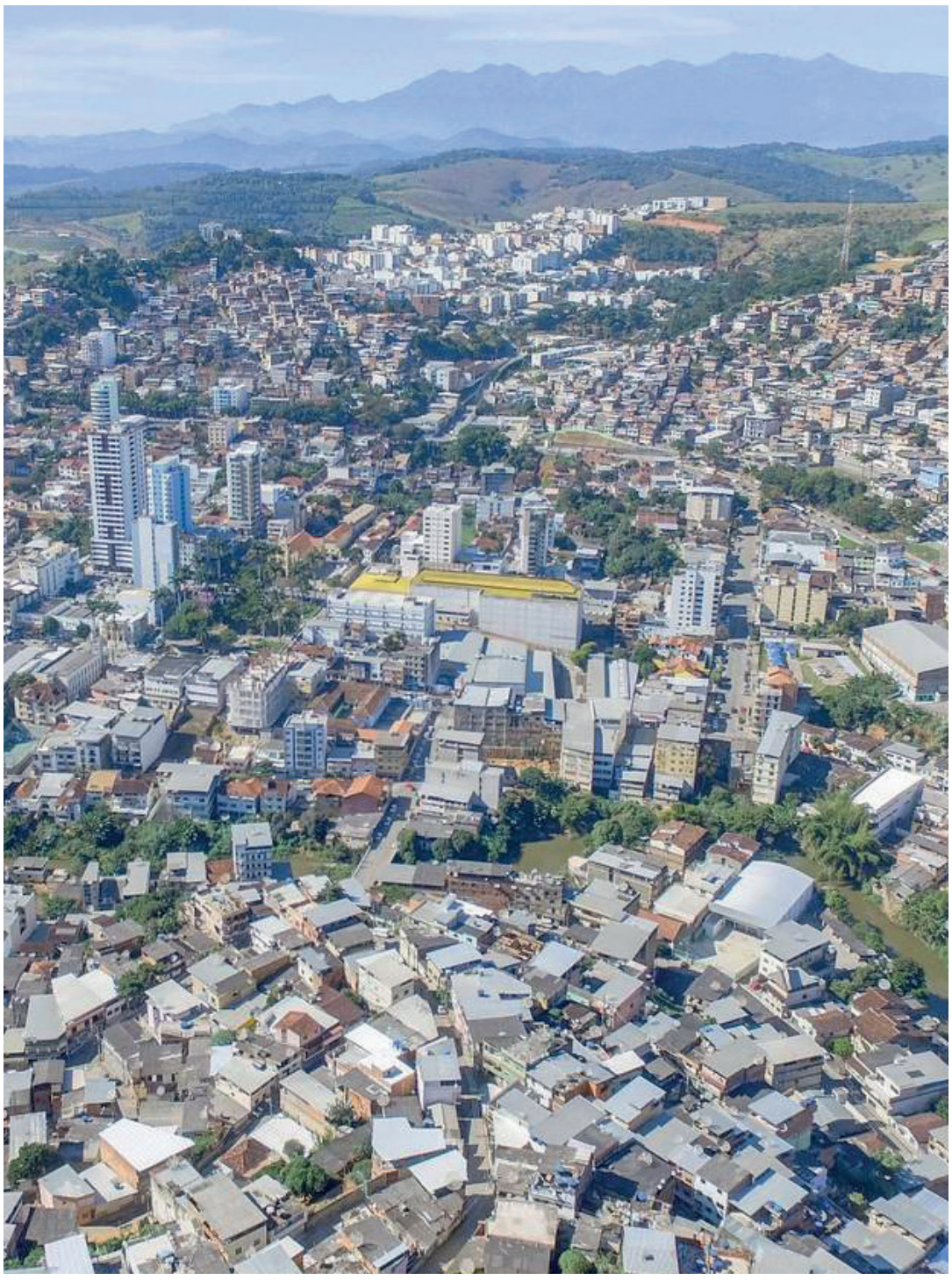
EDUCAÇÃO

SRS de Manhuaçu recebe mais vacinas contra a Covid-19

PÁGINA 05

Governo de Minas afirma que região está em alerta e pode ir para Onda Roxa

PÁGINA 04



PALAVRA DE VIDA

4º DOMINGO DA QUARESMA - 14/03/2021

1ª LEITURA - 2Cr 36,14-16.19-23

Estamos no finalzinho do Segundo Livro das Crônicas, que é também o final da Bíblia Hebraica. O cronista faz uma síntese da história do povo de Deus destacando de um lado a infidelidade do povo e do outro lado a fidelidade de Deus. Por que Judá foi parar no exílio? Por causa da má conduta dos seus dirigentes políticos e religiosos e também do povo: infidelidade, idolatria e profanação. Deus tinha dó do povo e enviava-lhe continuamente mensageiros. Mas qual era a reação? Zombarias, desprezo, gozação. Deus usa uma pedagogia diferente. Ele permite que o povo sofra as consequências da própria irresponsabilidade. Assim, Jerusalém foi destruída pelo inimigo que era a Babilônia e o Templo de Deus foi incendiado. O povo responsável pelo rompimento do projeto de Deus foi deportado e se tornou escravo (ano 586 a.C.). A citação de Jeremias lembra que um dos pecados das elites de Judá foi não respeitar a lei do repouso da terra a cada sete anos (Lv 26,34-35). Essa lei lembra que a terra era de Deus e que essa não podia ser fonte da exploração do povo por parte da ambição dos ricos. A terra tem assim um repouso forçado. Parece que está tudo acabado por causa da infidelidade do povo. Mas não se pode esquecer que o projeto de uma vida fraterna e solidária não é do homem, mas de Deus; é promessa de Deus para o homem e Deus nunca é infiel em suas promessas. Deus faz renascer a esperança do povo usando o rei da Pérsia, Ciro, para libertar o seu povo (ano 538 a.C.) e recomeçar a reconstrução do Templo. Com a reconstrução do Templo de Jerusalém o povo vai recomeçar a ter liberdade e vida.

2ª LEITURA - Ef 2,4-10

Poderíamos salientar no trecho de hoje dois pontos: Primeiro: Deus é muito bom, ele nos ama profundamente não por causa do que fazemos de bom, mas por causa de nós mesmos, pois somos criaturas dele, criados em Cristo Jesus; sem Deus estamos mortos. Sua bondade, seu amor se traduzem em misericórdia e perdão, através de Jesus Cristo que nos fez reviver. Segundo: o autor lembra a questão da fé e das obras ou a questão da graça e do mérito. O que nos salva não é o que fazemos, mas o que Cristo fez por nós. Duas vezes o autor salienta que é pela graça que somos salvos. Então a gente não deve fazer nada de bom? É claro que deve. O que a gente não deve é fazer nada de mal, pois nós não fomos criados para fazer o mal, mas o bem. "Somos criados em Cristo Jesus para as boas obras que Deus preparou de antemão, afim de que nelas caminhássemos". Precisamos de um texto mais claro? Assim não podemos nos gloriar de nossas boas obras, pois o mérito não é nosso, mas do Pai. Mas sempre que fazemos boas obras tomamos consciência de que aceitamos a salvação de Deus e de que já estamos de certo modo "ressuscitados no céu em Cristo Jesus".

EVANGELHO - Jo 3,14-21

Nosso trecho faz parte do diálogo de Jesus com Nicodemos. Podemos destacar os seguintes pontos:

1º) No deserto foi preciso que Moisés levantasse uma serpente de bronze, para que quem fosse mordido por cobra ficasse curado, olhando para a serpente (Nm 21,8-9). Uma pequena observação sobre as imagens. É curioso que a serpente sempre foi símbolo de idolatria. Por que o Primeiro Testamento conserva este texto perigoso, quando na maioria das vezes proíbe fazer imagens para adorar? É que essa imagem da serpente não está curando por força própria, mas pelo poder de Deus. Por isso não pode ser confundida com ídolo. A imagem dos santos é muito menos perigosa e tem um papel muito mais fraco, pois apenas lembra que o santo foi totalmente consagrado ao único Deus de poder e de amor que se manifestou em Jesus Cristo. As imagens na Igreja apontam todas para um único Deus e Senhor. Portanto o uso das imagens nada tem de idolatria. Provocam, sim, o contrário, uma caminhada de fé em direção ao único Deus que com seu poder e seu amor transformou a vida daquele santo, cuja imagem é apenas um retrato. Voltando à comparação da serpente levantada por Moisés, Jesus mostra que ele também será levantado numa cruz para curar, dar a vida eterna a todos aqueles que foram mordidos pela serpente do pecado e da morte.

2º) Como a gente alcança a vida eterna? Sabendo reconhecer e acolher na vida a grandeza do amor misericordioso de Deus, que foi capaz de entregar seu Filho único para dar a vida aos que nele crerem. Este reconhecimento e esta acolhida significam a adesão de fé à pessoa de Jesus crucificado e ressuscitado.

3º) Para que Jesus veio ao mundo? Para trazer-nos salvação não condenação. A decisão se dá pela fé aqui e agora; crer é ser salvo, não crer é ser condenado. É bom lembrar que o núcleo da fé é a ressurreição; quem nega a ressurreição, nega Jesus. O que dizer dos espíritas e das religiões que acreditam na reencarnação?

4º) Como se dá o julgamento? O julgamento acontece não por decisão, decreto de Deus, mas por decisão do homem. É uma questão da preferência do homem que aceita Cristo como luz que ilumina nossas ações. Quem faz boas obras acha bom, porque a verdade de suas ações aparece. Quem faz más obras acha ruim, porque se sente condenado, desmascarado e por isso odeia a luz.

Dom Emanuel Messias de Oliveira

tribuna do LESTE
Praça 05 de Novembro, 339, 5º andar - Centro
Manhuaçu - MG. Tel.: (33) 3332-2330
CNPJ: 21.299.292/0001-85 - ISSN 2317-8760

Fundador: Pe. Júlio Pessoa Franco
Diretor Geral: Pe. Carlos Altoé, SDN
Editor: Leonardo Medeiros.
Revisão: Maria Leontina Pereira Gomes Lobato
Diagramação: João Pedro Amorim
Diretor de Jornalismo: Pe. Mundinho, SDN

Órgão Oficial das Comarcas de Manhuaçu, Manhumirim, Abre Campo, Lajinha, Ipanema e Mutum. Editado aos Domingos pela Fundação Expansão Cultural - Circula em todas as cidades do leste de Minas.

Colaboradores: Danilo Alves, João Vitor Nunes e Camila de Souza

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores

Reflexão

Pe. Mundinho

Três mulheres, três histórias, três vidas!

1. BBB 21

A cantora rapper e apresentadora curitibana, Karol Conká deixou o BBB 21 na noite de terça-feira, 23, após receber 99,17% dos votos, recorde de rejeição em um Paredão no Big Brother Brasil da TV Globo. Arthur e Gilberto, que disputavam com a rapper a vaga para continuar no reality show, receberam 0,54% e 0,29%, respectivamente, dos votos.

Como fica a carreira dela após o fatídico episódio de rejeição surpreendente pelo público televisivo? Ao deixar o BBB 21, a rapper terá uma crise para gerenciar em sua carreira e uma reputação para reconstruir.

Creio que o primeiro passo é compreender os erros e se desculpar. "Acredito que só com um gerenciamento de crise bem feito e uma mudança total de postura será possível aliviar os danos causados para a imagem da participante. Logo quando deixar a casa, acredito que o mais importante seja pedir desculpas e desculpas sinceras. De nada adianta a Karol sair da casa e continuar com a mesma postura. Ela precisa entender que cometeu diversos erros e que precisa mudar radicalmente", afirmou Fernando Faiad Soni, sócio fundador da agência de marketing digital Stardust.

2. Wakanda Educação

Em outra reportagem aparece uma personagem que alcançou sucesso pelo trabalho reconhecido internacionalmente pela Revista Forbes. Trata-se da educadora e empreendedora, Karine Oliveira, de 27 anos, criadora da plataforma Wakanda Educação, que chegou ao reality Shark Tank Brasil.

Ela já vendeu coxinha, trabalhou com reforço escolar, foi servidora pública teve marca de roupas e, depois de tantos corres, chegou ao topo: tornou-se uma das personalidades do meio empresarial mais bem sucedidas antes dos 30 anos, reconhecida pela Revista Forbes. Criada na periferia soteropolitana (Salvador-BA), Karine Oliveira, 27, é dona da Wakanda Educação — empresa que traduz conteúdos de negócios para quem empreende por necessidade.

A história dela começa no bairro do Engenho Velho da Federação, região que abriga um vivo comércio no fim de linha de ônibus. Filha de pedreiro e de uma professora informal, ela viu os pais se separarem quando ainda tinha por volta de seis anos. Como as aulas de reforço escolar não eram suficientes para pagar as contas, a mãe, agora solteira, precisou se desenrolar no mundo das vendas e Karine virou sua assistente no comércio de coxinhas.

A empreendedora cursou todo o ensino básico em escolas públicas e, atualmente, concilia a corrida vida de empresária com a de graduanda em Serviço Social. Já a mãe, virou funcionária pública e é graduada em Marketing e Propaganda.

Hoje, levar educação empresarial para as pessoas é o projeto de vida de Karine, que já impactou 600 microempreendedores desde que a Wakanda foi fundada, há apenas dois anos. Embora trabalhasse com economia solidária desde a adolescência, empreendedorismo foi um termo que só chegou ao conhecimento de Karine em 2016, por meio de um curso no católico Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica (Ceap). Foi o primeiro choque dela.

Com uma bagagem de 24 anos de trabalho, já tinha feito muita coisa na vida, e ficou chateada porque era um mundo de palavras em inglês como brainstorm, call, pitching. A impressão que teve foi a de que nunca estaria trabalhando com empreendedorismo se não estivesse na Bolsa de Valores.

Sentiu-se provocada por esta situação e, indignada, decidiu fundar sua empresa, que capacita desde vendedores ambulantes de ônibus até donos de pequenas lojas. E praticamente tudo o que a empreendedora social consome é de autoria dos alunos de seus cursos, para ampliar a visibilidade do black money. "A força do lobo não está nas garras e nem na velocidade, está na alcateia. E é por isso que a Wakanda sempre vai atuar em rede", afirma ela.

A Wakanda oferece ensinamentos de como administrar o estoque, controlar o fluxo de caixa, conhecer o público, usar as redes sociais para divulgar o negócio e apostar no forte — a marca do produto final, de qualidade, oferecido ao público.

Em sua trajetória, Karine levou seus alunos a trabalharem em parcerias com marcas como a gigante alimentícia Pepsico, a construtora multinacional Camargo Correa, a escola paulistana de negócios Empreende Aí, a filantrópica latino-americana Fundación Avina e a ONG Parque Social, sediada em Salvador. Em parceria com a CCR Metrô, a Wakanda colocará no ar, em breve, uma formação inicialmente gratuita chamada Acelerando Seu Corre, com aulas através de desafios pelo WhatsApp para o desenvolvimento de habilidades como gestão financeira, marketing digital, planejamento e vendas.

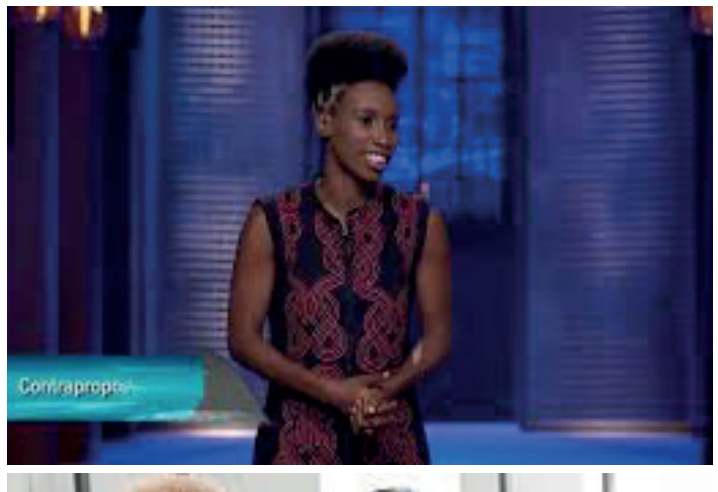
Um dos grandes reconhecimentos que Karine teve de seu trabalho foi estar entre os nomes da Forbes Under 30 2020 – que destaca os jovens brasileiros mais influentes, empreendedores e inovadores do ano -, na categoria "Ciência e Educação". "Nenhuma conquista é sozinha, foram vários empreendimentos e mulheres que acreditaram e abriram caminhos para que isso acontecesse. É um reconhecimento de todo um trabalho coletivo", comemorou ela.

3. A monarquia (coroa britânica) no mundo do trabalho

O príncipe Harry e sua mulher, Meghan grávida do segundo filho, romperam totalmente os laços profissionais com a família real britânica na sexta-feira (19) ao dizer à rainha Elizabeth II que eles não voltarão a trabalhar como membros da monarquia.

A nota do Palácio de Buckingham afirma que "o duque e a duquesa continuam sendo membros muito queridos da família, comprometidos com seu dever e serviço ao Reino Unido e ao redor do mundo, e ofereceram seu apoio contínuo às organizações que representaram, independentemente de sua função oficial", disse o porta-voz.

Fonte: O Estado de São Paulo; Correio da Bahia; G1.



Governo de Minas afirma que região está em alerta e pode ir para Onda Roxa

Para conter a evolução da pandemia, restabelecer com velocidade a capacidade de assistência hospitalar das macrorregiões Noroeste e Triângulo do Norte e preservar a vida, o Governo de Minas decreta o fechamento dessas duas macrorregiões de Saúde do Estado. A determinação foi aprovada nesta quarta-feira (3/3) pelo Comitê Extraordinário Covid-19, grupo que se reúne semanalmente para avaliar os indicadores da doença no estado.

As 60 cidades que compõem as duas localidades passarão para a onda roxa do Minas Consciente, faixa criada para contemplar as medidas mais severas de restrição, como toque de recolher das 20h às 5h e aos finais de semana.

As regras incluem ainda a proibição de circulação de pessoas sem o uso de máscara de proteção, em qualquer espaço público ou de uso coletivo, ainda que privado; a proibição de circulação de pessoas com sintomas gripais, exceto para a realização ou acompanhamento de consultas ou realização de exames médico-hospitalares; a proibição de realização de reuniões presenciais, inclusive de pessoas da mesma família que não coabitam; além da realização de qualquer tipo de evento público ou privado que possa provocar aglomeração, ainda que respeitadas as regras de distanciamento social. As normas passam a valer nesta quinta-feira (4/3), após a publicação no Diário Oficial do Estado.

Outra três regiões mineiras – Norte, Triângulo do Sul e Leste do Sul (que inclui a microrregião de Manhuaçu) – também estão em estado de alerta e poderão ser fechadas, caso apresentem piora nos indicadores. O monitoramento é feito diariamente.

Responsabilidade

A determinação do Comitê Extraordinário Covid-19 pelo fechamento nas regiões inseridas na onda roxa do plano Minas Consciente tem como objetivo evitar o colapso do sistema de Saúde no estado e garantir que não falte assistência médica a nenhum mineiro. Diferentemente da adesão opcional das prefeituras ao plano nas demais ondas, na fase roxa o caráter impositivo se deve ao risco de saturação e à necessidade de reestabelecer a capacidade de assistência hospitalar nas duas macrorregiões para não comprometer a rede assistencial em todo o estado.

Em alguns municípios mineiros já foi necessária a transferência de pacientes para outras regiões, o que afeta o atendimento no estado de uma forma geral.

Taxa de ocupação de leitos

Desde a última sexta-feira (26/2), o estado apresentou um relevante aumento na taxa de ocupação de leitos. As macrorregiões Triângulo do Norte e Noroeste, que passarão para a fase roxa, estão, ambas, com 85% de ocupação dos leitos de UTI Covid.

Atualmente, estão cadastrados no SUS fácil, em Minas Gerais, 4.100 leitos de UTI e a taxa de ocupação geral desses leitos é de 71,10%.

Onda roxa

Nessa fase, só será permitido o funcionamento de serviços essenciais e a circulação de pessoas fica limitada aos funcionários desses estabelecimentos. O deslocamento para qualquer outra razão deverá ser justificado e a fiscalização será feita com o apoio da Polícia Militar.

São considerados serviços essenciais em Minas:

- Alimentos, Agropecuária e Agroindústria (excluídos bares e restaurantes);
- Serviços de Saúde (atendimento, indústrias, veterinárias, etc);
- Bancos e seguros;
- Transporte público;
- Energia, gás, petróleo, combustíveis e derivados;
- Manutenção de equipamentos e veículos;
- Construção civil;
- Indústrias (apenas da cadeia de Atividades Essenciais);
- Lavanderias;
- Imprensa;
- Serviços de TI, dados, imprensa e comunicação;
- Serviços de interesse público (água, esgoto, funerário, correios etc.).

Protocolos

Conforme a decisão, as atividades essenciais na onda roxa deverão seguir rigorosamente os protocolos sanitários disponíveis no plano Minas Consciente. Os serviços não essenciais poderão funcionar sem atendimento ao público, em sistema de delivery e venda on-line, respeitando o limite de horário do toque de recolher. As pessoas que estiverem deslocando para o trabalho, em serviços essenciais, deverão portar carteira de trabalho ou funcional ou crachá ou contrato de trabalho ou qualquer outro documento idôneo que justifique o vínculo profissional.

A comprovação para outros deslocamentos não essenciais se dará através de documento de identidade oficial com foto e autodeclaração para deslocamento durante a quarentena, que não precisa ser impressa. O comprovante poderá ser apresentado pelo celular, ou por qualquer equipamento eletrônico que se conecte à internet, para confirmar a necessidade do deslocamento.

Fiscalização

A fiscalização será feita com o apoio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, em conjunto com os municípios envolvidos. As gestões municipais deverão, através de seus órgãos de segurança pública, trânsito e/ou fiscalização, atuar de forma conjunta, visando ao cumprimento das medidas postas.

Portal Caparaó/ Imprensa MG

Programa de Bolsas de Estudos de Manhuaçu está com inscrições abertas

As inscrições para o Programa Municipal de Bolsas de Estudos começaram na segunda-feira (1º/03) e vão até o dia 19 de março. O edital sobre o processo foi publicado no dia 23 de fevereiro no Diário Oficial do Município. As novas bolsas são para os cursos da Faculdade do Futuro e Unifacig e os alunos já beneficiados pelo programa devem fazer a renovação da bolsa no mesmo período.

O Programa Municipal de Bolsas de Estudos foi instituído pela Lei nº 2.599 de 2006, para contemplar alunos vindos da rede pública de ensino ou bolsistas integrais das escolas particulares para alunos residentes em Manhuaçu. "Nós temos a previsão na lei municipal para garantir o desconto de 30% para alunos de ensino superior em Manhuaçu. Não há distinção de curso e nem de período, desde que atendido todos os critérios do edital e apresentado toda a documentação solicitada", explica Leslie de Moraes, Assistente Social do Setor de Benefícios Eventuais da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

As bolsas concedidas são pagas pelo município, é um acerto de contas com as faculdades, onde parte do imposto que deveriam recolher aos cofres municipais é convertida em bolsas para estudantes. "A bolsa vale pelo período do curso do aluno, se fizer a inscrição no primeiro período, ele foi selecionado e o curso sendo de oito períodos, vão ser por estes oito", completa Leslie.

Serviço

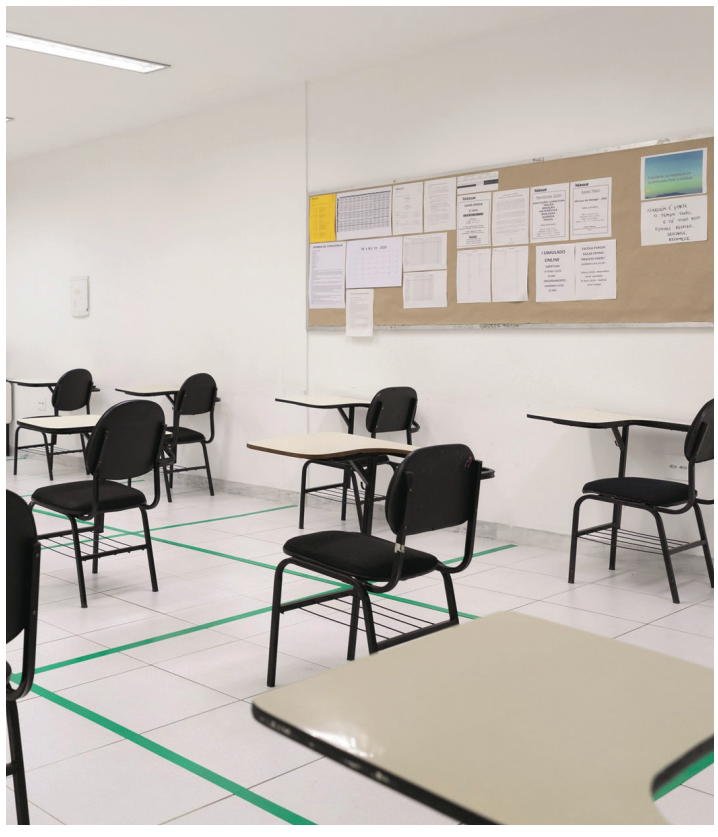
Inscrições do Programa Municipal de Bolsas de Estudos

Onde: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (Rua Monsenhor Gonzalez, nº 484, Centro)

Período: 1º a 19 de março

Horário de atendimento: 8 às 10 horas e 13 às 16 horas.

Portal Caparaó



SRS de Manhuaçu recebe mais vacinas contra a Covid-19

A Superintendência Regional de Saúde de Manhuaçu recebeu na manhã desta segunda, 01/03, mais um lote de vacinas contra o novo coronavírus.

O diretor da SRS Manhuaçu, Juliano Estanislau Lacerda, agradeceu as equipes das forças de segurança com a chegada do helicóptero do Corpo de Bombeiros no 11º Batalhão de Polícia Militar com as vacinas.

"Agradeço imensamente as Forças de Segurança pelo fundamental papel que tem exercido na logística e também no transporte de vacinas e pacientes. Um abraço especial para Major Karla, que nos inspira com seu carisma, competência e leveza na condução das suas missões", destacou.

Desde sexta-feira, o Governo de Minas começou a distribuição para todo o Estado de 220 mil doses da vacina AstraZeneca / Fiocruz (dose 1) e de 137,4 mil da CoronaVac / Butantan (doses 1 e 2) para imunizar idosos acima de 80 anos.

Segundo as diretrizes do Ministério da Saúde (MS), e em alinhamento com o Conselho Estadual de Secretaria de Saúde de Minas Gerais (Cosems-MG), nesta etapa, a recomendação aos municípios é vacinar todos os idosos entre 85 e 89 anos, que corresponde a 154.721 pessoas. Além disso, devem ser imunizados 24% dos que têm entre 80 e 84 anos, atendendo 64.195 pessoas.

Desta vez, serão vacinados mais 8% dos trabalhadores de Saúde, totalizando 81% desse público.

População idosa

De acordo com o Programa Nacional de Imunização (PNI), riscos de agravamento e óbito por covid-19 foram considerados para definir os grupos prioritários. Os idosos são os mais vulneráveis às internações hospitalares em decorrência da doença. Segundo dados epidemiológicos da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), pessoas acima de 60 anos respondem por 81% das mortes pela doença no estado.

"Vacinar essa população é importante porque são pessoas com maior risco de agravamento pela doença, necessitando de assistência hospitalar, o que aumenta nossa ocupação de leitos por covid-19. Ao vacinar esse grupo, teremos uma redução do agravamento da doença entre idosos e uma diminuição dos números de internados por covid-19", explica a subsecretária de Vigilância em Saúde da SES-MG, Janaína Passos.

Trabalhadores da Saúde

Além de idosos, estão sendo imunizados, desde o início da campanha, trabalhadores da Saúde. Foram priorizados os que estavam na linha de frente ao atendimento à covid-19. Parte das doses da 5ª remessa de vacinas enviada aos municípios será destinada a imunizar 53.563 profissionais.

Em Minas Gerais, já receberam a primeira dose 67% dos trabalhadores de Saúde e a segunda, 30,5%. Segundo a subsecretária, agora serão vacinados os que têm mais contato com o público externo. Como exemplo, cita os profissionais da Atenção Primária à Saúde, que fazem acompanhamento direto com a população.

Portal Caparaó - com Agência Minas

MUNICÍPIOS	BUTANTAN	ASTRAZENECA
	Pessoas de 80 a 84 anos	Pessoas de 85 a 89 anos + Trabalhadores da Saúde
	TOTAL c/arredondamento D1 + D2	TOTAL c/arredondamento D1
Abre Campo	120	160
Alto Caparaó	40	50
Caiana	40	40
Caparaó	40	40
Caputira	80	110
Carangola	280	330
Chalé	60	80
Conceição de Ipanema	40	50
Divino	140	150
Durandé	60	70
Espera Feliz	140	210
Faria Lemos	40	50
Fervedouro	60	80
Ipanema	180	250
Lajinha	140	200
Luisburgo	40	60
Manhuaçu	460	550
Manhumirim	160	250
Martins Soares	60	60
Matipó	120	160
Mutum	220	290
Orizânia	60	70
Pedra Bonita	40	50
Pedra Dourada	20	20
Pocrane	100	120
Alto Jequitibá	80	100
Reduto	60	60
Santa Margarida	100	120
Santana do Manhuaçu	60	80
São João do Manhuaçu	60	90
São José do Mantimento	20	30
Simonésia	120	130
Taparuba	40	50
Tombos	100	140

Líder Soluções em Higienização inaugura novo showroom de produtos de limpeza

Em sua nova estratégia de crescimento a Líder Soluções em Higienização empresa especializada em produtos de limpeza de linha institucional, inaugurou seu novo Showroom na Avenida José Augusto Pereira, 240, bairro Pouso Alegre, em Manhuaçu, às margens da BR-262, região de fácil acesso para a população.

A empresa que atua há mais de 4 anos atendendo indústrias, hospitais, faculdades, condomínios e público-final diretamente em suas lojas, abriu as portas da nova unidade na segunda-feira, 1º, levando a seus consumidores um espaço moderno além da variedade de produtos.

O espaço a Líder Soluções em Higienização não é apenas planejado para comercialização de produtos das marcas mais renomadas do mercado de limpeza institucional, mas também para experimentação de produtos, entendimento das aplicações, interação e convivência.

Segundo o diretor da Líder Soluções em Higienização, Wellington Emerick Melo, as novas instalações propõem uma nova perspectiva, onde os clientes podem conhecer e adquirir novidades do setor para seu negócio e ainda entender quais são os produtos mais adequados as suas necessidades.

Com uma equipe de colaboradores especializados e ampla variedade de produtos, a loja irá impressionar os clientes por conta de seu profissionalismo e conjunto de diferenciais.

O novo Showroom Líder Soluções em Higienização está localizado em Manhuaçu, na Avenida José Augusto Pereira, 240, bairro Pouso Alegre – Manhuaçu (MG) – Fone (33) 3331-5316 – contatos podem ser feitos através do site www.lider-higienizacao.com.br/, Instagram e Facebook @ liderhigienizacao.

Danilo Alves

Não quero flores. Hoje é mais um dia de luta

Nos últimos anos a palavra "feminismo" tornou-se ainda mais conhecida, como nunca havia sido antes. Para além dos muros acadêmicos e das lutas sociais organizadas nas ruas, as discussões acerca dos direitos das mulheres chegaram ao cotidiano dos cidadãos. Seja nas mesas de bares, nos almoços em família ou nos ambientes de trabalho, raro é encontrar pessoa, homem ou mulher, que não tenha ouvido falar sequer uma vez no assunto. Entretanto, somente o fato de o tópico estar em alta, não significa, necessariamente, que seja entendido como uma questão séria, nem que seus debates se encaminhem para consequências práticas e efetivas no dia a dia das mulheres.

O que acontece muitas vezes é uma má interpretação e, até mesmo, uma distorção do termo feminismo, que comumente é usado de forma pejorativa, objetivando deslegitimar ou diminuir os enfretamentos que incita. Apesar de todos se sentirem no direito de fazer apontamentos sobre a luta feminista e os meios pelos quais ela se desenvolve na maioria esmagadora das vezes, aqueles que opinam sequer conhecem as origens dos movimentos e os enfretamentos que superaram para ser hoje um tema em pauta.

Olhando para a linha do tempo, torna-se inegável perceber como houve avanços nos direitos das mulheres. Se antes as sufragistas se reuniam em porões escuros para discutir clandestinamente a urgência do voto feminino, hoje me é possível escrever enquanto mulher este texto que busca refletir criticamente o papel do feminismo na nossa sociedade e o porquê de suas discussões, embora acaloradas e frequentes, não serem capazes de dizimar o machismo e a desigualdade de gênero do nosso cotidiano.

Embora seja extremamente incomum encontrar nas novas gerações de meninas alguma que não esteja familiarizada com os questionamentos levantados pelo feminismo, mais difícil ainda é se deparar com uma que não tenha experienciado de uma forma ou de outra o machismo nas suas curtas vivências. Mesmo tendo acesso a informações valiosas e estando inseridas em um contexto de coexistência com grandes pensadoras e pensadores sobre a temática, mulheres de todas as idades continuam a conviver com o machismo de perto.

A grande maioria das pessoas tem atualmente noção do que é o machismo e de como combatê-lo. Entretanto, sua raiz é tão profunda e estruturada em nossa sociedade que são inúmeras as vezes em que o mesmo passa despercebido, por não apresentar a roupagem da tradicional violência física e/ou sexual. Para muito além da agressão de seus corpos, as mulheres são constantemente hostilizadas, em aspectos que vão desde a ordem psíquica à social.

Desde crianças, as mulheres têm suas individualidades reprimidas quando forçadas a se vestir e se portar de determinada forma. Me recordo bem da minha própria infância quando me orientavam ao mesmo tempo a usar vestidos e a sentar de pernas fechadas. Também não podia mais brincar de certas atividades porque já era "mocinha", enquanto via os meninos da mesma faixa etária brincarem de tudo que lhes viessem à mente e sentarem da forma que preferissem. Para os homens, aliás, sempre houve a desculpa de serem apenas "meninos", enquanto a fala direcionada para as mulheres era a de que elas "já sabiam o que estavam fazendo, não eram mais crianças".

A adultização compulsória permanece por toda a vida das mulheres. Quando adolescentes, são levadas a aderir padrões de beleza incompatíveis com a realidade, em uma busca incessante para se apresentarem enquanto bem cuidadas e preocupadas com a aparência. É notório que no imaginário social cabe à mulher se preocupar com o subjetivo, seja ele da ordem do cuidado com o corpo ou com as preocupações sentimentais.

Não é surpresa, embora trabalhoso perceber, que quando as mulheres se relacionam com os homens, cabem a elas o posto de cuidadoras emocionais e detentoras de toda a sensibilidade do relacionamento. Falar e expressar sentimentos, bem como pensar o emocional das pessoas envolvidas na relação, representam tarefas quase que exclusivamente feminina. Dessa forma, mesmo que de modo inconsciente, a mulher passa a se ocupar não somente de seu sentimentalismo individual, mas também a ser cobrada pelo de seu parceiro. Cabe à mulher perceber quando seu marido está mal ou passando por dificuldades, assim como é seu dever compreender que os homens "são diferentes" e, por isso, deve-se ignorar a falta de diálogo e a abertura sentimental destes. As mulheres passam a protagonizar, além de seus papéis de namoradas e esposas, atitudes maternas para com seus parceiros, tomando pra si a reponsabilidade de cuidadoras e aconselhadoras.

Voltando nossa atenção brevemente para o âmbito social é possível perceber, por meio das discussões acerca da igualdade salarial, o quão distante estamos de atingir a equidade entre os gêneros. No Brasil e na maioria esmagadora dos países, mulheres seguem ganhando menos dinheiro para desenvolver as mesmas funções desempenhadas por um homem. O questionamento do nosso intelecto e da nossa capacidade é uma violência sutil, frequente e altamente degradante. Somos levadas a crescer questionando nosso potencial feminino frente ao masculino, e a acreditar, mesmo que involuntariamente, que somos de alguns modos inferiores ou menos capazes. A proeminência dos homens nos espaços de poder e tomada de decisões é esmagadora e reflete sobre as mulheres seu papel de passividade e impotência. Como podemos dizer que o machismo está desaparecendo quando na prática ainda temos tão poucas mulheres em condições reais igualitárias a dos homens?

O machismo vive entre nós e continuará a existir enquanto não for percebido e exaustivamente combatido em todas suas facetas. Enquanto os homens se indignarem com a mulher espancada que veem nos noticiários, mas continuarem a consumir e compartilhar os vídeos que circulam nos seus grupos privados em redes sociais que tratam a mulher como objeto, o machismo continuará. Enquanto os homens se horrorizarem com o caso de estupro que aconteceu do outro lado do mundo, mas continuarem a rir das piadas machistas dos seus colegas, o machismo continuará. Todas as vezes em que alguém se disser feminista ou defensor dos direitos das mulheres, mas tapar seus olhos para as violências cotidianas e tênues que as mulheres ao seu redor sofrem, o machismo prevalecerá.

Precisamos urgentemente começar a constranger quem perpetua atos machistas e violentos. Precisamos que um homem reprima abertamente seu próprio colega por tratar mal sua namorada na frente dos amigos. Precisamos que os filhos cobrem de seus pais o mesmo cuidado e atenção que cobram de suas mães. Precisamos que os homens assumam seu papel nos afazeres diários da casa e no planejamento familiar. Precisamos cobrar ao governo uma educação libertadora e de qualidade para homens e para mulheres e da mesma forma exigir salários e condições igualitárias. Precisamos que sejam punidos corretamente aqueles que violam ou desrespeitam mulheres, com leis que efetivamente funcionem na prática. Precisamos urgentemente que as pessoas se indignem com o machismo e com a violência que acontece na frente dos seus narizes, ao invés de se revoltar somente com a que observam de longe. Precisamos de homens que se responsabilizem por seus sentimentos e ações, e não mais esperem que as mulheres de sua vida sejam resolutoras de seus traumas e dificuldades emocionais. Precisamos de pessoas que não se silenciem diante de situações de opressão, que não recorram aos "textões" nas redes sociais sem tomar atitudes práticas. Não precisamos de flores no dia das mulheres, precisamos de mudanças de comportamentos todos os dias.

Delegada Silvana Fiorillo Rocha de Resende
Diretora Social
Associação dos Delegados de Polícia de Minas Gerais

Pazuello traz dados errôneos e diz que Brasil é o 5º país que mais vacina no mundo

Em visita ao Estado do Paraná nessa quinta-feira (4), o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, afirmou, sem apresentar a fonte da informação, que o Brasil é o quinto país que mais vacina no mundo, com 17 milhões de pessoas imunizadas desde o início da vacinação.

"O Brasil ofereceu até agora 17 milhões de doses. Somos o quinto país no mundo em quantidade total de pessoas vacinadas. Para que os senhores compreendam a diferença, a Argentina ofereceu 320 mil doses para sua população", disse em Cascavel, no Oeste do Estado, e onde desde sábado 100% dos leitos UTIs estão ocupados.

Segundo dados do consórcio da imprensa, porém, o Brasil tem 7,6 milhões de vacinados com a primeira dose e 2,4 milhões de vacinados com a segunda - o que totaliza 9,8 milhões de doses já aplicadas na população. O número de 17 milhões se refere à quantidade de doses distribuídas e não às doses já efetivamente aplicadas. Na Argentina, 1 milhão de pessoas já foram vacinadas, segundo o governo argentino.

O Brasil é o quinto país com o maior número de doses já aplicadas na população, em números absolutos - mas está muito atrás no ranking que considera a taxa de vacinados em relação ao total da população. Por essa análise relativa, o Chile e vários países da Europa estão à frente do Brasil. Até essa quinta, só 3,62% da população havia recebido a primeira dose.

O ministro disse que, a partir de abril, com as duas fábricas nacionais produzindo vacinas, será possível ao país ter acesso a cerca de 30 milhões de doses por mês, além das vacinas que serão importadas. Afirmou ainda que com isso espera que toda a população seja vacinada até o fim do ano, para que então a Covid-19 tenha a situação amenizada, apesar de ainda termos de conviver com ela por muito tempo.

"Para abril vamos estar com as duas fábricas operacionais estabilizadas, com números de 30 a 32 milhões de doses por mês. Não estou falando da Covaxin indiana que foram compradas, nem da Covax que também foi comprada e nem da Pfizer, que ontem (quarta, 3) já foi publicada em Diário Oficial a licitação para compra. Tudo isso é importado, que também somam. O que mais interessa para nós é a fabricação nacional. É ela que nos dará a capacidade de vacinar o povo brasileiro em 2021", disse o ministro.

Pazuello afirmou que todos os brasileiros que quiserem se vacinar terão acesso ainda este ano. "Até a metade do ano a nossa programação é vacinar metade do efetivo vacinável do país, e até o fim do ano todos os cidadãos brasileiros que quiserem ser vacinados e que puderem ser vacinados serão vacinados".

Em Cascavel, Pazuello encontrou o sistema de saúde em colapso, reflexo de todo o Paraná. Apenas na região oeste do estado, que conta com 21 hospitais em 17 cidades para atender uma população de mais de dois milhões de pessoas, a taxa de ocupação regional chegou a 99,56%, com 109 pessoas precisando de UTI e apenas cinco vagas disponíveis.

Dados

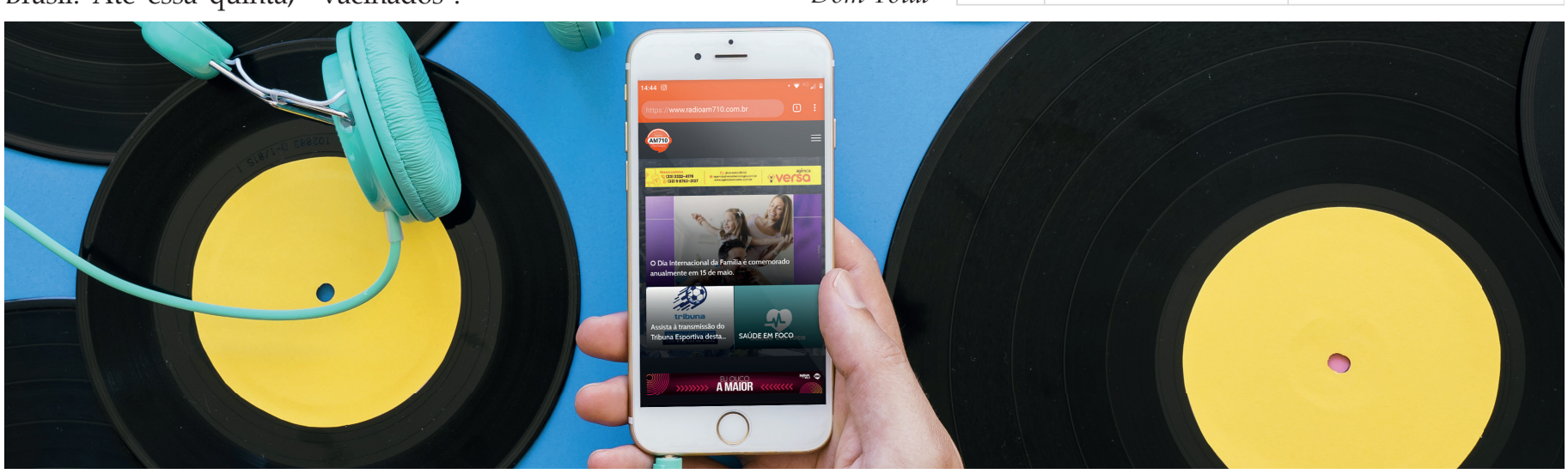
A quantidade de pessoas vacinadas contra a Covid-19 no Brasil chegou a 7.671.525 nessa quinta-feira, de acordo com dados reunidos pelo consórcio de veículos de imprensa. Nas últimas 24 horas, mais 305.276 pessoas foram vacinadas. O total da população brasileira imunizada é de 3,62%.

Entre os 7,6 milhões de vacinados, 2.463.894 já receberam a segunda dose da vacina, o que representa 1,16% do total da população. Entre quarta-feira e quinta-feira, foram aplicadas 157.083 segundas doses no público-alvo prioritário da campanha de vacinação.

Em números absolutos, o maior número de vacinados está em São Paulo (2,2 milhões), seguido por Minas (605 mil) e Rio (575 mil). Proporcionalmente, o estado com a população mais vacinada é o Amazonas, onde 6,58% das pessoas receberam ao menos uma dose do imunizante. A menor proporção é a do Pará, com 1,74%.

Dom Total

Estado	Número de pessoas vacinadas	Proporção em relação ao total da população do estado
AM	276.904	6,58%
SP	2.275.229	4,92%
DF	149.851	4,90%
RS	513.739	4,50%
MS	122.078	4,35%
PE	347.573	3,61%
CE	327.376	3,56%
RR	22.223	3,52%
AL	115.325	3,44%
ES	136.627	3,36%
BA	500.471	3,35%
RJ	575.332	3,31%
GO	231.947	3,26%
PB	127.264	3,15%
TO	49.105	3,09%
RN	105.608	2,99%
AP	25.633	2,97%
PR	331.934	2,88%
MG	605.225	2,84%
SC	204.275	2,82%
RO	47.994	2,67%
SE	61.270	2,64%
PI	84.827	2,59%
MT	89.843	2,55%
AC	22.101	2,47%
MA	170.967	2,40%
PA	150.804	1,74%



Volta às aulas presenciais em Minas será facultativa e seguirá modelo híbrido

O governo de Minas divulgou, nesta quarta-feira (24), o novo protocolo de saúde para volta às aulas presenciais. Segundo as secretarias de Estado de Saúde e de Educação, as aulas seguirão um modelo híbrido, mantendo o ensino remoto, além de ser facultativa, ou seja, depende da autorização dos pais para que os estudantes frequentem as escolas.

O retorno só será permitido aos municípios que estiverem nas ondas verde e amarela do Minas Consciente, plano do governo para a retomada das atividades de forma segura. No entanto, só acontecerá nas cidades onde a retomada for autorizada pelo poder municipal, mesmo nas escolas estaduais, e de maneira gradual e alternada.

O ano letivo na rede pública de Minas começará na próxima quarta-feira (3) e a volta às aulas será no dia 8, ainda restrita ao modelo remoto, a princípio, em razão de decisão judicial em caráter liminar que impede a volta aos colégios de forma presencial.

Todos os colégios estaduais seguirão o protocolo e a estratégia educacional da Secretaria de Estado de Educação (SEE). No caso das instituições de ensino municipais e particulares, cabe a cada município avaliar se irá aderir ao protocolo do Estado ou se a prefeitura irá aderir ao protocolo do Estado ou se a prefeitura irá criar as próprias regras para o funcionamento.

O protocolo foi desenvolvido em parceria entre as secretarias de Estado de Saúde (SES) e da Educação, a Sociedade Mineira de Pediatria e a Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil. O grupo analisou estudos internacionais sobre o impacto da pandemia em crianças e adolescentes, além de dados epidemiológicos estaduais, nacionais e internacionais da Covid-19.

Veja medidas estabelecidas no protocolo:

Higiene e proteção

As escolas deverão disponibilizar equipamentos de proteção e produtos de higiene para alunos, professores e funcionários, como dispenser com sabonete líquido, álcool em gel, máscaras reutilizáveis, copos descartáveis, papel toalha, luvas e lixeiras com tampa e pedal.

Bolhas

É recomendado às escolas a adoção de horários distintos de entrada e saída de diferentes turmas ou de criação de bolhas, com grupos de alunos que não se cruzem.

Ondas

Caso a macrorregião em que o município esteja inserido retorne à onda vermelha, as aulas presenciais poderão continuar, desde que haja o cumprimento de regras ainda mais rígidas de distanciamento.

Distanciamento

Nas ondas verde e amarela, haverá um distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os alunos. Como o tamanho médio das salas de aula da rede estadual é de 42 m², haverá, em média, 18 alunos em cada turma. Na onda vermelha, a distância será de 3 metros entre os estudantes, o que reduziria a média de alunos em sala para quatro.

Critérios de preferência

Quando há mais interessados no retorno presencial do que o possível para a realidade daquela comunidade escolar, a instituição de ensino poderá usar critérios de preferência ou de não preferência, como: crianças pertencentes a grupos de risco; crianças que residam com pessoas de grupo de risco; famílias em condição de vulnerabilidade, principalmente àquelas já registradas no CadÚnico; crianças que residam com tutores sem companheiros, com necessidade de trabalho presencial para manutenção de renda familiar.

Suspensão das aulas

O protocolo cita possibilidades para a suspensão das aulas presenciais em uma sala de aula, em um turno, em uma escola ou mesmo em um município. Essa medida vai depender das ocorrências de casos.

Havendo mais de um caso de aluno com diagnóstico confirmado de Covid-19, toda a turma deve migrar para o ensino on-line. Caso haja mais de uma turma suspensa em um mesmo turno, todo aquele turno migrará para aulas remotas. No caso de necessidade de suspensão de mais de um turno, toda a escola deverá migrar para atividades à distância temporariamente.

Com informações de Agência Minas

ATENÇÃO – OFERTA DE EMPREGO

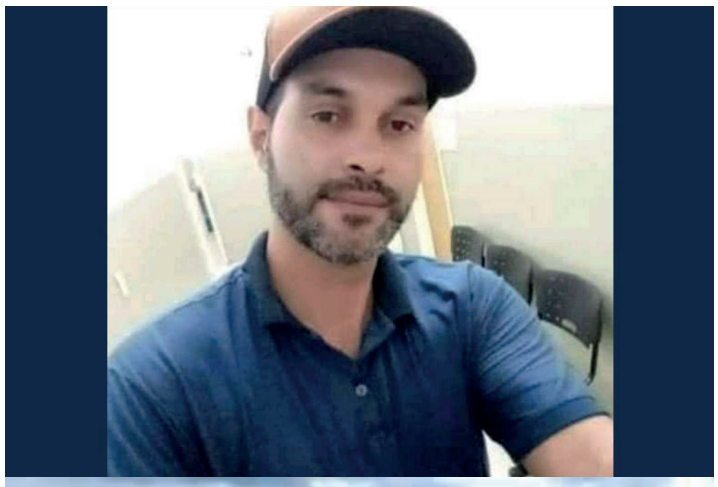
A Gulozitos Alimentos está oferecendo vagas para trabalhadores portadores de deficiências físicas e necessidades especiais. Para participar do processo seletivo, os candidatos interessados devem enviar seu currículo para o e-mail romildo@gulozitos.com.br ou para o endereço: Rua Augusto Sathler, 600 – Bairro Lajinha – Manhuaçu/MG, CEP: 36900-000.

Além do salário, a empresa oferece benefícios adicionais, tais como: centro médico, refeição no local, vale alimentação e acesso ao clube recreativo.

Venha trabalhar conosco e fazer parte deste grande time.

POLÍCIA

Homem é assassinado a facadas em Caputira



Josué da Costa Oliveira Lopes, de 34 anos, foi assassinado a facadas na região de Caputira, na madrugada de domingo, 28/02. Ele chegou a ser socorrido ao pronto atendimento, mas não resistiu.

Policiais militares foram acionados e conseguiram informações sobre o autor - um indivíduo de 37 anos, que havia se desentendido com o irmão da vítima em uma festa no Córrego Costa Neto, em Caputira.

O autor foi localizado pela PM. Ao avistar as equipes policiais se aproximando de sua residência, ele pulou a janela do quarto e embrenhou-se numa mata. Foi capturado um tempo depois pelas equipes policiais.

Ao ser realizada busca na casa do autor foi encontrada a faca utilizada no crime e ainda uma espingarda de fabricação caseira. Ambas foram apreendidas.

Briga

Em conversa com os militares, o autor contou a versão dele de que, durante a festa, o irmão da vítima estava muito alterado e teria tentado agredi-lo e a uma terceira pessoa, um indivíduo de 52 anos.

O autor narrou ainda que quando se deslocava de carona com o senhor de 52 anos, no intuito de ir embora da festa, a vítima realizou uma manobra com um veículo e fechou o carro em que eles estavam.

Ainda segundo o autor, nesse momento, tanto a vítima quanto o irmão envolvido na contenda inicial desembarcaram do veículo. Josué teria desferido um soco no rosto do autor que então se levantou, apossou-se de uma faca que estava em sua cintura e deu dois golpes contra a vítima.

Após o crime, a vítima foi socorrida por populares, mas não resistiu. O autor e o co-autor de 52 anos fugiram juntos do local.

Autor e co-autor foram presos e conduzidos com os materiais apreendidos para a Delegacia de Polícia Civil.

Com informações da Polícia Militar

Motorista morre em acidente na BR-116, em São Pedro do Avaí

Gilmar Martins Cunha, 34 anos, morreu num acidente no km 583 da BR-116, em São Pedro do Avai, distrito de Manhuaçu.

O fato foi no início da madrugada desta quinta-feira, dia 04/03.

Segundo o registro da Polícia Rodoviária Federal, Gilmar conduzia um Fiat Stilo, com placa JHW4A65, de Simonésia, quando perdeu o controle da direção e chocou-se contra uma árvore.

O motorista estava sozinho no carro e morreu no local. Ele deixa esposa e um filho pequeno.

Portal Caparaó

Homem força mulher a acompanhá-lo em tentativa de homicídio e morre em acidente

Segundo o Boletim de Ocorrência, tudo começou quando a PM foi informada de que um indivíduo teria sido baleado na entrada do Córrego Ilhéus, zona rural de Engenheiro Caldas. Ao chegar no local, a polícia deparou com a vítima caída ao solo. O homem estava orientado e disse aos militares que o autor dos disparos seria Benedito Olegário da Silva, de 53 anos, e que o autor teria fugido para onde mora, em Ipatinga. O baleado relatou ainda que o motivo da tentativa de homicídio seria porque ele teria um caso com a esposa de Benedito.

Após tentar o homicídio, Benedito levou o celular e a chave da casa da vítima para que ela não pudesse pedir ajuda. Mas o baleado conseguiu chamar os vizinhos, que acionaram a PM.

A vítima dos disparos foi socorrida para o hospital municipal de Governador Valadares e passa bem.

Enquanto era realizado o rastreamento, a polícia foi informada através de ligação telefônica que o autor Benedito teria se envolvido em um acidente com seu veículo, um Honda Civic, próximo da cidade de Dom Cavati. Um policial passava pelo local do acidente, deu o primeiro atendimento e percebeu que o motorista estaria armado. Foi apreendido um revólver calibre .38 com 6 munições intactas.

À princípio, a PM foi informada que a mulher estaria com a vítima e Benedito teria ido buscá-la, mas no fechamento da ocorrência, familiares de Benedito e da mulher informaram que Benedito teria forçado a mulher a acompanhá-lo para que ela visse ele matando a vítima dos disparos em sua frente.

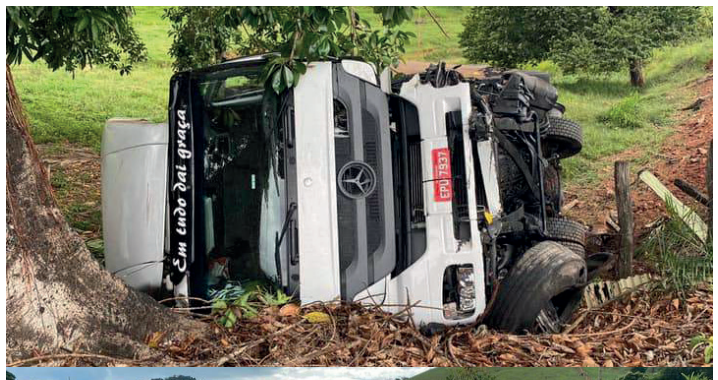
Conforme o boletim, Benedito fugiu com a mulher tentando suicídio e avisou pera ela que iria matar os dois. A batida aconteceu na altura do KM 477, da BR-116, em Dom Cavati.

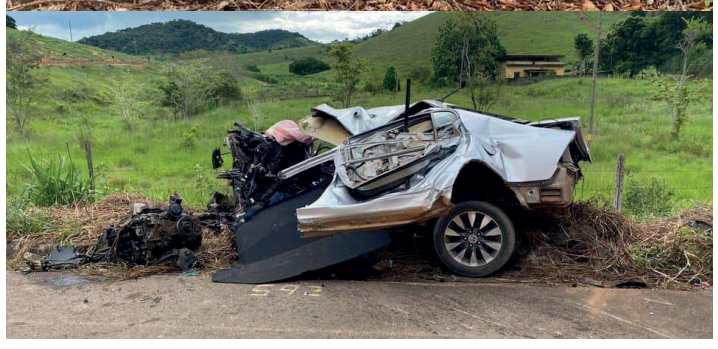
Benedito bateu o veículo Honda Civic violentamente em uma carreta que estava no sentido contrário e morreu na hora. A mulher foi socorrida por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e encaminhada para atendimento médico. O estado de saúde dela é estável.

Com o forte impacto da colisão, a carreta baú atingida ficou tombada às margens da pista e diversas peças espalhadas. O motorista do veículo de carga não teve ferimentos.

A perícia da Polícia Civil e a Polícia Rodoviária Federal foram acionadas para a realização dos procedimentos cabíveis.

Portal Caparó





COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA - SICOOB CREDICAF

Relatório da Administração

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA - SICOOB CREDICAF na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDICAF completou 32 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDICAF obteve um resultado de R$ 13.264.039,24 antes das destinações representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 17,83%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R$ 213.116.572,16. Por sua vez a carteira de créditos representava R$ 354.395.900,54.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	131.289.659,04	37,05%
Carteira Comercial	223.106.241,50	62,95%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 10,01% da carteira, no montante de R$ 35.481.722,64.

4. Captação

As captações, no total de R$ 358.930.604,54, apresentaram uma evolução de 88% em relação a dezembro de 2019.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	112.331.096,40	31,29%
Depósitos a Prazo	217.194.422,09	60,51%
LCA	29.405.086,05	8,20%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 21,12% da captação, no montante de R$ 75.781.496,18.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDICAF era de R$ 66.996.483,92. O quadro de associados era composto por 16.401 cooperados, havendo um acréscimo de 13,21% em relação a dezembro de 2019.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDICAF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 91,86% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na resolução 4606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (Sicoob Central Crediminas e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDICAF aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB CREDICAF registrou 13 (treze) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 13 (treze) reclamações, 3 (três) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).
Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.
As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.
Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Lajinha (MG), 19 de fevereiro de 2021.
Conselho de Administração e Diretoria

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA
SICOOB CREDICAF
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

Descrição	Notas	12/31/2020	12/31/2019
ATIVO		**572.443.821,17**	**356.341.374,26**
Circulante		**348.901.938,49**	**225.847.101,55**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4**	**216.702.265,73**	**104.703.211,15**
Disponibilidades		3.585.693,57	5.118.853,57
Centralização Financeira - Cooperativas		213.116.572,16	99.584.357,58
Operações de Crédito	**5**	**131.155.869,47**	**119.954.185,84**
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		51.737.700,48	74.276.817,68
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(7.621.303,48)	(5.836.807,55)
Financiamentos		25.647.429,74	19.908.402,51
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.078.378,98)	(1.119.040,60)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		63.382.625,00	33.246.315,38
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(912.203,29)	(521.501,58)
Outros Créditos	**6**	**685.406,57**	**596.054,58**
Créditos por Avais e Fianças Honradas		121.774,60	189.243,11
Rendas a Receber		340.155,47	341.525,42
Diversos		281.953,29	218.535,14
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		31.815,57	5.701,73
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(90.292,36)	(158.950,82)
Outros Valores e Bens	**7**	**358.396,72**	**593.649,98**
Outros Valores e Bens		266.692,20	493.000,00
Despesas Antecipadas		91.704,52	100.649,98
Não Circulante		**223.541.882,68**	**130.494.272,71**
Realizável a Longo Prazo		**203.602.509,36**	**110.768.536,72**
Operações de Crédito	**5**	**202.325.972,61**	**109.517.416,51**
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		76.808.874,67	47.229.609,49
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(9.309.660,09)	(6.517.127,91)
Financiamentos		68.912.236,61	28.546.962,92
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(1.076.304,04)	(770.971,79)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		67.907.034,04	41.614.106,36
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(916.208,58)	(585.162,56)
Outros Créditos	**6**	**1.276.536,75**	**1.251.120,21**
Devedores por Depósitos em Garantia		1.276.536,75	1.251.120,21
Permanente		**19.939.373,32**	**19.725.735,99**
Investimentos	**8**	**12.920.234,72**	**12.433.183,87**
Participação em Cooperativa Central de Crédito		12.368.202,08	11.921.318,69
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		552.032,64	511.865,18
Imobilizado de Uso	**9**	**7.019.138,60**	**7.292.552,12**
Imobilizado de Uso		13.696.475,27	13.152.617,78
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(6.677.336,67)	(5.860.065,66)
Total do Ativo		**572.443.821,17**	**356.341.374,26**
PASSIVO		**498.062.266,18**	**293.569.324,70**
Circulante		**431.592.599,95**	**251.927.635,07**
Depósitos	**10**	**329.523.252,27**	**170.150.390,40**
Depósitos à Vista		112.331.096,40	48.033.898,52
Depósitos à Prazo		217.192.155,87	122.116.491,88
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	**11**	**29.212.780,82**	**20.366.830,35**
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		29.212.780,82	20.366.830,35
Relações Interfinanceiras	**12**	**58.782.375,88**	**10.733.878,96**
Repasses Interfinanceiros		58.782.221,78	10.733.836,49
Relações com Correspondentes		154,10	42,47

Relações Interdependências	**13**	**599.839,76**	**130.650,57**
Recursos em Trânsito de Terceiros		599.839,76	130.650,57
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**12**	**-**	**38.964.892,74**
Emprestimos No Pais - Outras Instituicoes		-	38.964.892,74
Outras Obrigações	**14**	**13.474.351,22**	**11.580.992,05**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		12.710,07	54.858,04
Sociais e Estatutárias		7.452.897,11	6.346.632,48
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		1.211.475,00	702.002,35
Diversas		4.797.269,04	4.477.499,18
Não Circulante		**66.469.666,23**	**41.641.689,63**
Depósitos	**10**	**2.266,22**	**-**
Depósitos à Prazo		2.266,22	-
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	**11**	**192.305,23**	**316.506,88**
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		192.305,23	316.506,88
Relações Interfinanceiras	**12**	**63.308.450,63**	**38.459.065,34**
Repasses Interfinanceiros		63.308.450,63	38.459.065,34
Outras Obrigações	**14**	**2.966.644,15**	**2.866.117,41**
Diversas		806.334,29	813.714,05
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		2.160.309,86	2.052.403,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16**	**74.381.554,99**	**62.772.049,56**
Capital Social		**33.076.867,42**	**31.018.315,18**
De Domiciliados No País		33.308.296,94	31.287.167,61
(-) Capital A Realizar		(231.429,52)	(268.852,43)
Reserva de Sobras		**37.667.936,03**	**29.035.131,55**
Sobras ou Perdas Acumuladas		**3.636.751,54**	**2.718.602,83**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**572.443.821,17**	**356.341.374,26**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. - -

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA
SICOOB CREDICAF
DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

Descrição	Notas	2° Sem 2020	12/31/2020	2° Sem 2019	12/31/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		**25.210.142,01**	**50.774.264,97**	**23.881.563,15**	**44.335.857,40**
Operações de Crédito	**5.h**	23.319.924,01	47.239.500,63	21.575.457,40	38.699.540,93
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.890.218,00	3.534.764,34	2.306.105,75	5.636.316,47
Dispêndio da Intermediação Financeira		**(8.797.439,02)**	**(23.849.085,99)**	**(9.825.227,79)**	**(18.876.018,19)**
Operações de Captação no Mercado	**10.b**	(2.184.713,21)	(4.899.785,26)	(3.602.059,24)	(7.783.613,93)
Operações de Empréstimos e Repasses	**12**	(2.507.672,73)	(4.952.887,31)	(1.728.135,48)	(3.950.436,80)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(4.105.053,08)	(13.996.413,42)	(4.495.033,07)	(7.141.967,46)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**16.412.702,99**	**26.925.178,98**	**14.056.335,36**	**25.459.839,21**
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		**(4.716.818,17)**	**(11.662.092,21)**	**(7.042.438,92)**	**(13.727.510,62)**
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		5.161.680,25	7.759.419,45	2.630.360,90	4.728.796,54
Rendas (Ingressos) de Tarifas		732.977,45	1.422.429,96	728.884,74	1.463.869,29
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(6.866.520,00)	(13.407.676,11)	(6.663.320,37)	(13.014.622,95)
Despesas (Dispêndios) Administrativas		(5.064.596,08)	(10.316.902,77)	(5.114.368,79)	(10.049.325,49)
Despesas(Dispêndios) Tributárias		(492.326,41)	(748.813,13)	(253.332,78)	(461.563,28)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	**19**	2.649.581,47	5.073.053,71	2.466.983,30	5.161.976,48
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	**20**	(759.058,53)	(1.269.477,96)	(635.734,94)	(1.117.339,59)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(56.083,55)	(117.779,82)	(37.209,15)	(132.275,29)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(22.472,77)	(56.345,54)	(164.701,83)	(307.026,33)
Resultado Operacional		**11.695.884,82**	**15.263.086,77**	**7.013.896,44**	**11.732.328,59**
Outras Receitas e Despesas	**21**	**78.640,23**	**123.604,70**	**22.754,00**	**55.396,92**
Lucros em Transações com Valores e Bens		79.547,89	114.547,89	-	20.500,00
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(8.000,00)	(8.000,00)	-	-
Outras Receitas		7.292,44	17.654,23	22.754,00	34.896,92
Outras Despesas		(200,10)	(597,42)	-	-
Resultado Antes da Tributação e Participações		**11.774.525,05**	**15.386.691,47**	**7.036.650,44**	**11.787.725,51**
Imposto de Rendas		(537.144,17)	(822.804,69)	(260.698,05)	(455.675,84)
Contribuição Social		(440.429,06)	(622.473,19)	(166.737,59)	(293.225,98)
Participações nos Resultados de Empregados		(339.321,35)	(677.374,35)	(420.706,07)	(719.796,15)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		**10.457.630,47**	**13.264.039,24**	**6.188.508,73**	**10.319.027,54**
Destinações Legais e Estatutárias		**-**	**(8.601.242,92)**	**-**	**(6.343.406,62)**
FATES		-	(1.327.739,85)	-	(906.200,95)
Reserva Legal		-	(7.273.503,07)	-	(5.437.205,67)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		**10.457.630,47**	**4.662.796,32**	**6.188.508,73**	**3.975.620,92**
Juros ao Capital		(697.005,63)	(1.026.044,79)	(701.951,66)	(1.257.018,09)
Sobras/Perdas Líquidas		**9.760.624,84**	**3.636.751,53**	**5.486.557,07**	**2.718.602,83**
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	-	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA
SICOOB CREDICAF
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

DRA	Notas	2° Sem 2020	12/31/2020	2° Sem 2019	12/31/2019
Sobras/Perdas Líquidas		**10.457.630,47**	**13.264.039,24**	**6.188.508,73**	**10.319.027,54**
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		**10.457.630,47**	**13.264.039,24**	**6.188.508,73**	**10.319.027,54**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA
SICOOB CREDICAF
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

Descrição	Notas	2° Sem 2020	12/31/2020	2° Sem 2019	12/31/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		**10.457.630,47**	**13.264.039,24**	**6.188.508,73**	**10.319.027,54**
Juros ao Capital Recebido		(329.960,85)	(329.960,85)	(392.669,85)	(392.669,85)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(390.756,64)	-	(338.874,98)
Participações nos Resultados de Empregados		339.321,35	677.374,35	420.706,07	719.796,15
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		4.105.053,08	13.996.413,42	4.495.033,07	7.141.967,46
Provisão de Juros ao Capital		(697.005,63)	(1.026.044,79)	(701.951,66)	(1.257.018,09)
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		22.472,77	56.345,54	164.701,83	307.026,33
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		56.083,55	117.779,82	37.209,15	132.275,29
Atualização de depósitos em garantia		(35.910,84)	(35.910,84)	-	(37.613,50)
(Ganho)/Perdas por baixas de imobilizado		-	14.325,43	-	-
Depreciações e Amortizações		538.891,23	1.093.715,73	485.702,65	947.435,94
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		**14.456.575,13**	**27.437.320,41**	**10.697.239,99**	**17.541.352,29**
Aumento (redução) em ativos operacionais					
Relações Interfinanceiras		18.105,44	-	31.898,17	-
Operações de Crédito		(47.424.699,08)	(118.006.653,15)	(44.400.032,39)	(74.436.092,55)
Outros Créditos		(344.287,65)	(78.857,69)	154.019,26	439.892,78
Outros Valores e Bens		637.634,76	235.253,26	(285.006,19)	(549.250,57)
Aumento (redução) em passivos operacionais					
Depósitos à Vista		13.912.217,60	64.297.197,88	1.089.744,75	5.521.080,47
Depósitos à Prazo		78.397.220,06	95.077.930,21	14.722.954,65	(13.010.290,17)
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		1.517.976,05	8.721.748,82	6.581.592,64	5.943.420,92
Relações Interdependências		(41.925,06)	469.189,19	(483.655,80)	(533.096,56)
Relações Interfinanceiras		46.502.990,37	72.897.882,21	(16.591.869,86)	(15.180.314,04)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(33.248.590,69)	(38.964.892,74)	38.964.892,74	38.964.892,74
Outras Obrigações		2.771.920,12	2.917.624,93	2.374.628,75	2.614.139,49
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(115.489,34)	(115.489,34)	-	-
FATES Sobras Exercício		(1.212.250,51)	(1.212.250,51)	(906.200,95)	(906.200,95)
Imposto de Renda		(537.144,17)	(822.804,69)	(260.698,05)	(455.675,84)
Contribuição Social		(440.429,06)	(622.473,19)	(166.737,59)	(293.225,98)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		**74.849.823,97**	**112.230.725,60**	**11.522.770,12**	**(34.339.367,97)**
Atividades de Investimentos					
Recebimento Dividendos		-	40.168,73	-	71.909,17
Distribuição Sobras da Central		-	350.587,91	-	266.965,81
Recebimento de Juros ao Capital		329.960,85	329.960,85	392.669,85	392.669,85
Alienação de Imobilizações de Uso		53.333,11	53.333,11	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(189.663,81)	(887.960,75)	(1.290.161,68)	(1.667.008,90)
Aquisição de investimentos		(659.921,70)	(817.011,70)	(785.339,70)	(3.147.281,93)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		**(466.291,55)**	**(930.921,85)**	**(1.682.831,53)**	**(4.082.746,00)**
Atividades de Financiamentos					
Aumento por Novos Aportes de Capital		1.586.697,14	3.125.756,07	1.376.968,96	2.684.743,36
Devolução de Capital à Cooperados		(1.117.011,36)	(1.756.630,88)	(2.136.594,38)	(2.884.546,29)
Estorno/Cancelamento de Capital		-	-	(315,00)	(315,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(13.537,57)	(13.537,57)	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(1.338.647,05)	(1.338.647,05)	-	-
Juros ao Capital pago		682.310,26	682.310,26	1.212.652,56	1.212.652,56
IRRF sobre Juros ao Capital		-	-	(148,47)	(148,47)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		**(200.188,58)**	**699.250,83**	**452.563,67**	**1.012.386,16**
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**74.183.343,84**	**111.999.054,58**	**10.292.502,26**	**(37.409.727,81)**
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		142.518.921,89	104.703.211,15	94.410.708,89	142.112.938,96
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		216.702.265,73	216.702.265,73	104.703.211,15	104.703.211,15
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**74.183.343,84**	**111.999.054,58**	**10.292.502,26**	**(37.409.727,81)**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. - - - -

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA
SICOOB CREDICAF
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

Eventos		Capital	Reservas de Sobras		Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2018	**Notas**	**30.240.665,61**	**(234.736,59)**	**22.362.004,82**	**1.235.921,06**	**53.603.854,90**
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Constituição de Reservas		-	-	1.235.921,06	(1.235.921,06)	**-**
Movimentação de Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Por Subscrição/Realização		2.718.859,20	(34.115,84)	**-**	-	**2.684.743,36**
Por Devolução (-)		(2.884.546,29)	-	-	-	**(2.884.546,29)**
Estorno de Capital		(315,00)	-	-	-	**(315,00)**
Sobras ou Perdas Brutas		**-**	**-**	**-**	10.319.027,54	**10.319.027,54**
Remuneração de Juros ao Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(1.257.018,09)	**(1.257.018,09)**
Juros ao Capital		1.212.652,56	-	-	-	**1.212.652,56**
IRRF sobre Juros ao Capital		(148,47)	-	-	-	**(148,47)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Fundo de Reserva		-	-	5.437.205,67	(5.437.205,67)	**-**
F A T E S		-	-	-	(906.200,95)	**(906.200,95)**
Saldo em 31/12/2019		**31.287.167,61**	**(268.852,43)**	**29.035.131,55**	**2.718.602,83**	**62.772.049,56**
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Constituição de Reservas		-	-	1.359.301,41	(1.359.301,41)	**-**
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(1.338.647,05)	**(1.338.647,05)**
Ao Capital		7.116,79	-	-	(7.116,79)	**-**
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(13.537,57)	**(13.537,57)**
Movimentação de Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Por Subscrição/Realização		3.088.333,16	37.422,91	**-**	-	**3.125.756,07**
Por Devolução (-)		(1.756.630,88)	-	-	-	**(1.756.630,88)**
Sobras ou Perdas Brutas		**-**	**-**	**-**	13.264.039,24	**13.264.039,24**
Remuneração de Juros ao Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(1.026.044,79)	**(1.026.044,79)**
Juros ao Capital		682.310,26	-	-	-	**682.310,26**
FATES - Atos Não Cooperativos		**-**	**-**	**-**	**(115.489,34)**	**(115.489,34)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Fundo de Reserva		-	-	7.273.503,07	(7.273.503,07)	**-**
F A T E S		-	-	-	(1.212.250,51)	**(1.212.250,51)**
Saldo em 31/12/2020		**33.308.296,94**	**(231.429,52)**	**37.667.936,03**	**3.636.751,54**	**74.381.554,99**
Saldo em 30/06/2019		**30.874.118,55**	**(308.367,04)**	**23.597.925,88**	**3.575.452,38**	**57.739.129,77**
Movimentação de Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Por Subscrição/Realização		1.337.454,35	39.514,61	**-**	-	**1.376.968,96**
Por Devolução (-)		(2.136.594,38)	-	-	-	**(2.136.594,38)**
Estorno de Capital		(315,00)	-	-	-	**(315,00)**
Sobras ou Perdas Brutas		**-**	**-**	**-**	6.188.508,73	**6.188.508,73**
Remuneração de Juros ao Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(701.951,66)	**(701.951,66)**
Juros ao Capital		1.212.652,56	-	-	-	**1.212.652,56**
IRRF sobre Juros ao Capital		(148,47)	-	-	-	**(148,47)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Fundo de Reserva		-	-	5.437.205,67	(5.437.205,67)	**-**
F A T E S		-	-	-	(906.200,95)	**(906.200,95)**
Saldo em 31/12/2019		**31.287.167,61**	**(268.852,43)**	**29.035.131,55**	**2.718.602,83**	**62.772.049,56**
Saldo em 30/06/2020		**32.166.070,57**	**(248.315,98)**	**29.035.131,55**	**5.195.972,44**	**66.148.858,58**
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Constituição de Reservas		-	-	1.359.301,41	(1.359.301,41)	**-**
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	(1.338.647,05)	**(1.338.647,05)**
Ao Capital		7.116,79	-	-	(7.116,79)	**-**
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	(13.537,57)	**(13.537,57)**
Movimentação de Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA
SICOOB CREDICAF
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em Reais

Eventos		Capital	Reservas de Sobras		Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2018	**Notas**	**30.240.665,61**	**(234.736,59)**	**22.362.004,82**	**1.235.921,06**	**53.603.854,90**
Por Subscrição/Realização		1.569.810,68	16.886,46	**-**	-	**1.586.697,14**
Por Devolução (-)		(1.117.011,36)	-	-	-	**(1.117.011,36)**
Sobras ou Perdas Brutas		**-**	**-**	**-**	10.457.630,47	**10.457.630,47**
Remuneração de Juros ao Capital:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(697.005,63)	**(697.005,63)**
Juros ao Capital		682.310,26	-	-	-	**682.310,26**
FATES - Atos Não Cooperativos		**-**	**-**	**-**	**(115.489,34)**	**(115.489,34)**
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		**-**	**-**	**-**	-	**-**
Fundo de Reserva		-	-	7.273.503,07	(7.273.503,07)	**-**
F A T E S		-	-	-	(1.212.250,51)	**(1.212.250,51)**
Saldo em 31/12/2020		**33.308.296,94**	**(231.429,52)**	**37.667.936,03**	**3.636.751,54**	**74.381.554,99**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RUBRICA	DESCRIÇÃO	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2019	30/06/2020	12/31/2020	Diferença 18/19	2SEM19	Diferença 19/20	2SEM20
RUBRICA	DESCRIÇÃO	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2019	30/06/2020	12/31/2020	Diferença 18/19	2SEM19	Diferença 19/20	2SEM20
6.1.0.00.00-1	PATRIMÔNIO LIQUIDO	R$ 53.603.854,90	R$ 57.739.129,77	R$ 62.772.049,56	R$ 66.148.858,58	R$ 74.381.554,99	R$ 9.168.194,66	R$ 5.032.919,79	R$11.609.505,43	R$ 8.232.696,41
6.1.1.10.28-3	COTAS - PAIS	R$ 30.240.665,61	R$ 30.874.118,55	R$ 31.287.167,61	R$ 32.166.070,57	R$ 33.308.296,94	R$ 1.046.502,00	R$ 413.049,06	R$ 2.021.129,33	R$ 1.142.226,37
6.1.3.80.00-6	RESERVA ESPECIAL - LEI N. 8.200	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6.1.5.30.00-7	Reservas para Contingencias	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6.1.5.40.00-4	Reservas para Expansao	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6.1.5.50.00-1	Reservas de Lucros a Realizar	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6.1.5.80.00-2	Reservas Especiais de Lucros	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6.1.7.00.00-2	**SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS**	**R$ 1.235.921,06**	**R$ 3.575.452,38**	**R$ 2.718.602,83**	**R$ 2.477.369,61**	**R$ 3.636.751,54**	**R$ 1.482.681,77**	**R$ (856.849,55)**	**R$ 918.148,71**	**R$ 1.159.381,93**
6.1.7.10.00-9	Sobras ou Perdas Acumuladas	R$ 1.235.921,06	R$ 3.575.452,38	R$ 2.718.602,83	R$ 2.477.369,61	R$ 3.636.751,54	R$ 1.482.681,77	R$ (856.849,55)	R$ 918.148,71	R$ 1.159.381,93
6.1.5.40.00-4	Reservas para Expansao	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6.1.5.80.00-2	Reservas Especiais de Lucros	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
6.1.7.10.00-9	Sobras ou Perdas Acumuladas	R$ 1.235.921,06	R$ 3.575.452,38	R$ 2.718.602,83	R$ 2.477.369,61	R$ 3.636.751,54	R$ 1.482.681,77	R$ (856.849,55)	R$ 918.148,71	R$ 1.159.381,93

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA - SICOOB CREDICAF
CNPJ - 25.395.435/0001-03

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA - SICOOB CREDICAF é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 19/08/1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICAF,** sediada à **Rua Dr. Rubens Boechat Oliveira, 310, Centro, Lajinha/MG** possui **9** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **Durande - MG, Martins Soares - MG, Mutum - MG, Conceição De Ipanema - MG, Ipanema - MG, Pocrane - MG, Chalé - MG, Taparuba - MG, Juiz De Fora - MG**.

O SICOOB CREDICAF tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) Oferecer formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **19/02/2021**.
Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor
O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.
As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.
b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros
Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:
Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.
A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.
A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"
A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.
Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.
O SICOOB CREDICAF, em conjunto com seus associados e colaboradores, vem seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde para evitar a propagação do Novo Coronavírus, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão:

· Disponibilização de álcool em gel nas agências para uso dos associados e empregados e exigência do uso da máscara para todos os empregados e associados.

· Home office para grande parte da equipe e aferição de temperatura dos que trabalham presencialmente.

· Ampliação da divulgação dos canais de atendimento à distância, e incentivo ao seu uso.

· Restrição na intensidade de Fluxo de Pessoas no Interior da agência, conforme procedimentos e decretos publicados pelas autoridades locais do município.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado
Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.
As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.
Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis
Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Operações de crédito
As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito
Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.
As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia
Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos
Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado
Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Ativos contingentes
Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses
As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos
Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Demais passivos
Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões
São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes
São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações legais
São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em circulante e não circulante
Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor recuperável de ativos impairment
A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *"impairment"*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.
Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020.**

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	3.585.693,57	5.118.853,57
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	213.116.572,16	99.584.357,58
Total	**216.702.265,73**	**104.703.211,15**

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 foram respectivamente R$ 3.534.764,34 e R$ 5.636.316,47.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	60.889,15	-	60.889,15	75.330,00
Cheque Especial / Conta Garantida	2.993.457,36	-	2.993.457,36	4.844.181,99
Empréstimos	43.174.731,03	76.808.874,67	119.983.605,70	109.678.764,74
Financiamentos	25.647.429,74	68.912.236,61	94.559.666,35	48.455.365,43
Títulos Descontados	5.508.622,94	-	5.508.622,94	6.908.150,44
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	63.382.625,00	67.907.034,04	131.289.659,04	74.860.421,74
(-) Provisão para Perda com Op. de Crédito	(9.611.885,75)	(11.302.172,71)	(20.914.058,46)	(15.350.611,99)
Total	**131.155.869,47**	**202.325.972,61**	**333.481.842,08**	**229.471.602,35**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	12.715.205,19	-	4.117.952,35	-
A	0,50%	Normal	146.785.349,22	(733.926,90)	92.132.274,39	(460.661,40)
B	1%	Normal	108.976.179,54	(1.089.762,03)	78.047.446,15	(780.474,51)
B	1%	Vencidas	81.962,09	(819,62)	249.397,45	(2.493,97)
C	3%	Normal	56.800.121,40	(1.704.004,01)	40.655.687,22	(1.219.670,69)
C	3%	Vencidas	187.531,12	(5.625,93)	497.028,68	(14.910,86)
D	10%	Normal	8.442.822,01	(844.282,38)	11.060.567,57	(1.106.056,82)
D	10%	Vencidas	215.844,84	(21.584,49)	480.073,96	(48.007,40)
E	30%	Normal	2.393.302,99	(717.991,05)	4.161.087,08	(1.248.326,20)
E	30%	Vencidas	722.636,31	(216.790,94)	608.030,99	(182.409,31)
F	50%	Normal	2.072.671,93	(1.036.336,19)	2.921.615,07	(1.460.807,62)
F	50%	Vencidas	522.790,54	(261.395,33)	1.614.149,27	(807.074,68)
G	70%	Normal	546.144,10	(382.300,95)	351.134,30	(245.794,02)
G	70%	Vencidas	113.668,81	(79.568,18)	506.151,22	(354.305,87)
H	100%	Normal	6.505.389,85	(6.505.389,85)	4.264.542,91	(4.264.542,91)
H	100%	Vencidas	7.314.280,60	(7.314.280,60)	3.155.075,73	(3.155.075,73)
Total Normal			**345.237.186,23**	**(13.013.993,37)**	**237.712.307,04**	**(10.786.334,16)**
Total Vencido			**9.158.714,31**	**(7.900.065,09)**	**7.109.907,30**	**(4.564.277,83)**
Total Geral			**354.395.900,54**	**(20.914.058,46)**	**244.822.214,34**	**(15.350.611,99)**
Provisões			**(20.914.058,46)**	-	**(15.350.611,99)**	-
Total Líquido			**333.481.842,08**	-	**229.471.602,35**	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Vencimento	Até 90	De 91 a 365	Acima de 365	Total
Empréstimos	-	10.090.127,09	33.084.603,94	76.808.874,67	119.983.605,70
Títulos Descontados	-	4.905.423,63	603.199,31	-	5.508.622,94
Financiamentos	-	3.700.354,68	21.947.075,06	68.912.236,61	94.559.666,35
Financiamentos Rurais	-	5.382.372,73	58.000.252,27	67.907.034,04	131.289.659,04
Adiantamento a Depositantes	60.889,15	-	-	-	60.889,15
Cheque Especial / Conta Garantida	2.993.457,36	-	-	-	2.993.457,36
Total	**3.054.346,51**	**24.078.278,13**	**113.635.130,58**	**213.628.145,32**	**354.395.900,54**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	38.616.302,32	15.231.788,20	0	53.848.090,52	**15%**
Setor Privado - Indústria	2.432.900,17	905.881,70	0	3.338.781,87	**1%**
Setor Privado - Serviços	17.215.588,42	9.998.934,44	0	27.214.522,86	**8%**
Pessoa Física	67.945.786,11	65.039.784,32	131.289.659,04	264.275.229,47	**75%**
Outros	2.335.998,13	3.383.277,69	0	5.719.275,82	**2%**
TOTAL	**128.546.575,15**	**94.559.666,35**	**131.289.659,04**	**354.395.900,54**	**100%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	**15.350.611,99**	**15.808.034,78**
Constituições/Reversões no período	14.065.071,88	7.199.135,48
Transferência para Prejuízo no período	(8.501.625,41)	(7.656.558,27)
Total	**20.914.058,46**	**15.350.611,99**

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	3.962.176,19	1,12%	2.441.359,92	1,00%
10 Maiores Devedores	24.184.407,93	6,82%	16.126.154,21	6,59%
50 Maiores Devedores	58.141.493,27	16,40%	40.686.743,82	16,61%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	**13.779.292,72**	**9.539.189,74**
Valor das operações transferidas no período	8.501.625,41	7.656.558,27
Valor das operações recuperadas no período	(5.120.503,51)	(3.002.080,47)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(112.154,64)	(414.374,82)
Total	**17.048.259,98**	**13.779.292,72**

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a depositantes	57.409,41	100.717,13	65.399,83	134.949,19
Rendas de Empréstimos	11.338.495,46	24.419.729,26	11.251.837,63	20.015.079,29
Rendas de Títulos Descontados	392.354,33	1.193.418,01	818.459,71	1.744.765,84
Rendas de Financiamentos	5.638.177,15	10.465.562,10	4.604.212,45	8.821.297,75
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Livres	975.668,07	2.786.916,36	1.111.363,31	1.395.936,60
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados à Vista	1.400.367,43	2.091.293,01	459.093,25	857.667,43
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados da Poup. Rural	805.579,42	1.210.706,62	411.085,23	932.772,62
Rendas de Financ. Rurais - Recursos Direcionados de LCA	-	31.737,22	366.728,25	1.739.708,37
Rendas de Financ. Rurais - Recursos de Fontes Públicas	-	-	-	12.053,51
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	2.704.227,65	4.924.114,76	2.485.729,03	3.032.043,34
Rendas de Créditos Decorrentes de Contratos de Exportação Adquiridos	-	-	-	-
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	7.645,09	15.306,16	1.548,71	13.266,99
Total	**23.319.924,01**	**47.239.500,63**	**21.575.457,40**	**38.699.540,93**

6. Outros créditos

Referem-se às importâncias devidas à cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados	**121.774,60**	**-**	**189.243,11**	**-**
Rendas a Receber	**340.155,47**	**-**	**341.525,42**	**-**
Rendas da Centralização Financeira – Coop. Central	335.012,55	-	341.525,42	-
Outras Rendas a Receber	5.142,92	-	-	-
Diversos	**281.953,29**	**-**	**218.535,14**	**-**
Adiantamentos	233.135,02	-	132.104,55	-
Títulos e Créditos a Receber (a)	25.485,29	-	35.295,81	-
Devedores Diversos (b)	23.332,98	-	51.134,78	-
Devedores por Depósitos em Garantia (c)	**-**	**1.276.536,75**	**-**	**1.251.120,21**
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	**31.815,57**	**-**	**5.701,73**	**-**
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquid. Duvidosa (d)	**(90.292,36)**	**-**	**(158.950,82)**	**-**
Total	**685.406,57**	**1.276.536,75**	**596.054,58**	**1.251.120,21**

(a) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados Valores a Receber deTarifas (R$25.485,29);

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$18.639,40), Pendências a Regularizar - Bancoob (R$2.636,74) e outros (R$2.056,84);

(c) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Cofins - Depósito Judicial (R$1.194.115,55) e outros (R$ 82.421,2);

(d) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco		Avais e fianças honrados 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	26.864,25	(8.059,27)	29.393,11	(8.817,94)
F	50%	19.038,35	(9.519,21)	11.391,06	(5.695,54)
G	70%	10.527,09	(7.368,97)	13.405,29	(9.383,69)
H	100%	65.344,91	(65.344,91)	135.053,65	(135.053,65)
Total Geral		**121.774,60**	**(90.292,36)**	**189.243,11**	**(158.950,82)**
Provisões		(90.292,36)		(158.950,82)	
Total Líquido		**31.482,24**		**30.292,29**	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	250.000,00	-	493.000,00	-
Material em Estoque	16.692,20	-	-	-
Despesas Antecipadas (b)	91.704,52	-	100.649,98	-
Total	**358.396,72**	**-**	**593.649,98**	**-**

(a) Em Bens Não de Uso Próprio estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo as despesas antecipadas, referentes a Prêmios de Seguros (R$16.624,33), Processamento de Dados (R$48.410,57) e outros (R$26.669,62).

8. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.	12.368.202,08	11.921.318,69
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB (b)	552.032,64	511.865,18
Total	**12.920.234,72**	**12.433.183,87**

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação a.a	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	-	278.000,00	278.000,00
Edificações	4%	3.351.356,11	3.351.356,11
Imobilizações em Curso (a)	-	539.526,82	530.573,37
Instalações	10%	1.468.002,32	1.210.959,51
Móveis e Equipamentos	10%	4.270.716,89	2.584.101,38
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	1.621.846,86	2.878.270,69

Equipamentos de Comunicação e de Segurança	10%	708.528,52	697.737,52
Veículos	20%	639.578,69	788.300,14
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Até 10%	818.919,06	833.319,06
Outros	10%	-	-
Total		**13.696.475,27**	**13.152.617,78**
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		(6.677.336,67)	(5.860.065,66)
Total		**7.019.138,60**	**7.292.552,12**

9.1 Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósitos à Vista	112.331.096,40	-	48.033.898,52	-
Depósitos à Prazo	217.192.155,87	2.266,22	122.116.491,88	-
Total	**329.523.252,27**	**2.266,22**	**170.150.390,40**	**-**

Os depósitos, até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN n° 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCoop, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

(a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	46.154.846,89	12,90%	14.652.852,09	7,73%
10 Maiores Depositantes	66.510.763,52	18,60%	28.471.562,09	15,02%
50 Maiores Depositantes	96.166.594,01	26,87%	48.906.979,98	25,83%

(b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º Sem. 2020	31/12/2020	2º Sem. 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos à Prazo	(1.606.319,07)	(3.746.890,51)	(3.048.715,32)	(6.714.405,47)
Despesas de Depósitos Judiciais	-	-	-	-
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(343.682,01)	(767.257,69)	(421.863,10)	(805.539,23)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	(234.712,13)	(385.637,06)	(131.480,82)	(263.669,23)
Total	**(2.184.713,21)**	**(4.899.785,26)**	**(3.602.059,24)**	**(7.783.613,93)**

9.2 Recursos de aceite e emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	29.212.780,82	192.305,23	20.366.830,35	316.506,88

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

9.3 Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	0,4905% a.m	até 10/2020	-	-	39.781.919,85	-
(-) Despesa a apropriar			-	-	(817.027,11)	-
Recursos do Bancoob	De 2,75% até 8,50% a.a.	Até 12/2030	61.274.052,69	73.497.290,18	11.689.465,75	44.771.498,42
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(2.491.830,91)	(10.188.839,55)	(955.629,26)	(6.312.433,08)
TOTAL			**58.782.221,78**	**63.308.450,63**	**49.698.729,23**	**38.459.065,34**

(a) Despesas das relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
BANCOOB	(2.455.787,70)	(4.102.427,11)	(1.348.162,83)	(3.545.367,67)
Sicoob Central Crediminas	(51.885,03)	(850.460,20)	(379.972,65)	(405.069,13)
Total	**(2.507.672,73)**	**(4.952.887,31)**	**(1.728.135,48)**	**(3.950.436,80)**

9.4 Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ordens de Pagamento (a)	478.000,00	-	-	-
Concessionários de Serviços Públicos	121.341,88	-	130.240,57	-
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros	-	-	410,00	-
Cobrança de Terceiros em Trânsito	497,88	-	-	-
Total	**599.839,76**	**-**	**130.650,57**	**-**

(a) Refere-se a cheques emitidos pela cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2020;

9.5 Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	12.710,07	-	54.858,04	-
Sociais e Estatutárias	7.452.897,11	-	6.346.632,48	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	1.211.475,00	-	702.002,35	-
Diversas	4.797.269,04	806.334,29	4.477.499,18	813.714,05
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	-	2.160.309,86	-	2.052.403,36
Total	**13.474.351,22**	**2.966.644,15**	**11.580.992,05**	**2.866.117,41**

9.5.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educ. e Social (a)	5.326.406,79	4.264.046,78
Cotas de Capital a pagar (b)	1.377.010,73	1.294.989,52
Participações nas Sobras dos Empregados (c)	673.272,10	719.796,15
Gratificações e Participações a pagar	76.207,49	67.800,03
Total	**7.452.897,11**	**6.346.632,48**

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em 2021.

9.5.2 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	672.710,62	213.449,93
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	538.764,38	488.552,42
Total	**1.211.475,00**	**702.002,35**

(a) Refere-se a provisões IRPJ e CSLL, do 4º trimestre de 2020 sobre atos não cooperativos;
(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.

9.5.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas de Pessoal	1.556.428,40	-	1.603.237,93	-
Outras Despesas Administrativas (a)	661.053,60	-	480.354,94	-
Cheques Descontados (b)	83.708,40	-	236.130,21	-
Provisões para Garantias Prestadas (c)	607.109,74	806.334,29	543.384,44	813.714,05
Convênios de Folha de Pagamento de Terceiros	1.180.863,82	-	1.073.428,17	-
Rateio de Despesas da Cooperativa Central	82.370,13	-	93.643,14	-
Credores Diversos – País (d)	625.734,95	-	447.320,35	-
Total	**4.797.269,04**	**806.334,29**	**4.477.499,18**	**813.714,05**

(b) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Água/Energia/Gas (R$24.852,58), Assessoria Técnica (R$40.543,48), Transporte (R$28.508,17), Seguro Prestamista (R$511.351,80) e outros (R$55.797,57);

(c) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2020;

(d) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, conforme demonstrado a seguir:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA		3.671.797,92	-	2.740.019,49	-
A	0,5%	27.449.163,69	(137.250,34)	22.920.045,17	(114.606,43)
B	1%	11.015.636,04	(110.157,03)	11.066.527,62	(110.666,13)
C	3%	6.647.363,67	(199.421,32)	5.505.252,93	(165.158,20)
D	10%	1.050.054,70	(105.005,72)	877.438,64	(87.744,14)
E	30%	336.731,33	(101.019,47)	371.971,37	(111.591,54)
F	50%	403.101,48	(201.551,02)	314.759,45	(157.379,99)
G	70%	28.854,57	(20.198,20)	53.361,33	(37.352,98)
H	100%	538.840,93	(538.840,93)	572.599,08	(572.599,08)
Total		**51.141.544,33**	**(1.413.444,03)**	**44.421.975,08**	**(1.357.098,49)**

(e) Referem-se a Pendências a Regularizar (R$81.359,36), Pagamentos a Processar (R$42.225,66), Pendências a Regularizar Bancoob (R$275.948,94), Saldos Credores - Encerramento C/C (R$31.608,77), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R$145.585,69) e outros (R$49.006,53).

9.6 Trabalhistas, Fiscais e Cíveis

Provisões constituídas considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões Trabalhistas	-	-	-	-
Provisões Fiscais (a)	-	1.276.536,75	-	1.251.120,21
Outras Provisões	-	883.773,11	-	801.283,15
Total	**-**	**2.160.309,86**	-	**2.052.403,36**

a) Refere-se a provisão para: Cofins (R$1.194.115,55) e Inss (R$82.421,2).

9.7 Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICAF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e à prazo, empréstimos e repasses.
Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

9.8 Patrimônio líquido

a) Capital Social
O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	33.076.867,42	31.018.315,18
Associados	16.401	14.487

b) Reserva Legal
Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 60%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas
As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.
Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23 de julho de 2020, os cooperados deliberaram pela distribuição das sobras do exercício de 2019 no valor de R$ 2.718.602,83 da seguinte forma: 50% R$ 1.359.301,42 para o fundo de reserva e 50% 1.359.301,41 destinado à conta corrente dos associados na proporção da movimentação financeira de cada um.

d) Destinações estatutárias e legais
De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	12.237.994,45	9.062.009,45
Lucro líquido de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(115.489,34)	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	12.122.505,11	9.062.009,45
Destinações estatutárias	**(8.485,53,58)**	**(6.343.406,62)**
Reserva legal – 60%	7.273.503,07	(5.437.205,67)
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 10%	1.212.250,51	(906.200,95)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	**3.636.751,53**	**2.718.602,83**

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;
O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e
Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

9.9 Resultado de atos não cooperativos
O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado bruto de atos não cooperativos	3.946.835,84	1.834.481,12
Resultado não operacional	123.604,70	55.396,92
Resultado de atos não cooperativos antes do IR e CSLL	4.070.440,54	1.889.878,04
(-) Imposto de Renda e CSLL	**(1.445.277,88)**	**(748.901,82)**
Resultado Líquido de atos não cooperativos	**2.625.162,66**	**1.140.976,22**
Dedução resolução 129 – Sicoob Confederação	(2.509.673,32)	(1.258.049,04)
Lucro líquido de atos não cooperativos	**115.489,34**	**(117.072,81)**

O resultado de atos não cooperativos, quando positivo, é direcionado para o FATES conforme artigo 87 da lei 5764/71.

9.10 Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital próprio, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130/09. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

9.11 Outras Receitas/Ingressos Operacionais

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	72.763,79	259.388,09	112.230,76	285.341,18
Reversão de Provisão para Juros ao Capital	329.039,16	329.039,16	-	-
Reversão de Outras Provisões Operacionais	-	3.913,95	13.983,36	373.125,40
Dividendos Recebidos do Bancoob	-	40.168,73	-	71.909,17
Rendas de Cartões e Adquirência	1.107.405,22	2.383.394,35	1.248.224,84	2.598.229,80
Atualização de Depósitos Judiciais	35.910,84	35.910,84	-	37.613,50
Rendas de Repasses Interfinanceiros	112.806,21	394.210,74	108.687,28	354.782,61
Sobras Recebidas da Central	-	350.587,91	-	266.965,81
Juros ao Capital Recebidos da Central	329.960,85	329.960,85	392.669,85	392.669,85
Outras Receitas	661.695,40	946.479,09	591.187,21	781.339,16
Total	**2.649.581,47**	**5.073.053,71**	**2.466.983,30**	**5.161.976,48**

9.12 Outras Despesas/Dispêndios Operacionais

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Descontos Concedidos	(447.155,14)	(693.467,13)	(163.912,92)	(259.395,47)
Despesa com Correspondentes Cooperativos	(33.149,42)	(61.211,48)	(48.230,19)	(83.796,77)
Despesa com Tarifas	(4.857,36)	(8.153,54)	(3.299,86)	(6.764,80)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(41.675,91)	(84.156,62)	(90.626,90)	(139.568,85)
Contrib. ao Fundo Garantidor de Depósitos	(1.497,12)	(3.466,27)	(2.246,31)	(5.127,24)
Contrib. ao Fundo de Tecnologia da Informação	-	-	(120.131,90)	(239.810,84)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(4.342,42)	(4.993,64)	-	-
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(13.684,27)	(17.992,56)	-	-
Outras Contribuições Diversas	(106.056,74)	(198.819,61)	(90.477,18)	(167.775,98)
Perdas - Práticas Inadequadas	-	-	-	(1.535,97)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	-	(1.846,22)	(3,48)	(3,48)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(2.724,76)	(2.724,76)	-	-
Outras Despesas Operacionais	(103.915,39)	(192.646,13)	(116.806,20)	(213.560,19)
Total	**(759.058,53)**	**(1.269.477,96)**	**(635.734,94)**	**(1.117.339,59)**

9.13 Outras Receitas e Despesas

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Lucros em Transações com Valores e Bens	**79.547,89**	**114.547,89**	**-**	**20.500,00**
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	**(8.000,00)**	**(8.000,00)**	**-**	**-**
Outras Receitas	**7.292,44**	**17.654,23**	**22.754,00**	**34.896,92**
Ganhos de Capital	2.067,44	7.900,15	17.374,19	21.817,61
Rendas de Aluguel	5.225,00	9.754,08	5.379,81	13.079,31
Outras Despesas	**(200,10)**	**(597,42)**	**-**	**-**
Perdas de Capital	(200,10)	(597,42)	-	-
Total	**78.640,23**	**123.604,70**	**22.754,00**	**55.396,92**

9.14 Resultado Não Recorrente
Cconsidera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
No exercício de 2020 e de 2019 não verificamos resultado não recorrente..

9.15 Partes Relacionadas
As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	395.699,77	0,10%	19.503,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.745.464,84	0,42%	4.602,21
TOTAL	**2.141.164,61**	0,51%	**24.105,21**
Montante das Operações Passivas	2.179.074,00	0,58%	

Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	17.713,10	833,93	0,99%
Direitos Creditórios Descontados	163.432,50	13.645,82	0,12%
Empréstimos	574.072,87	36.264,73	0,48%
Financiamentos	182.850,60	1.808,75	0,19%
Financiamentos Rurais	189.677,57	0	3,44%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	395.694,56	0,36%	0%
Depósitos a Prazo	694.576,49	0,32%	0,16%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1.436.600,25	4,89%	0,17%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração média aplicada para os associados foram as mesmas praticadas para as partes relacionadas. As taxas/remunerações praticadas estão à disposição dos associados nas dependências do SICOOB CREDICAF.

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,50%	3,21%
Empréstimos	1,63%	31,42%
Financiamentos Rurais - repasses	1,26%	59,66%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,24%	23,90%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98,47%	144,98%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	3,64%	8,43%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,20%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,26%
Crédito Rural (modalidades)	0,01%
Aplicações Financeiras	0,58%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	126.542,29
Conta Garantida	1.753.020,89
Direitos Creditórios Descontados	38.426,93
Empréstimos	5.286.149,31
Financiamentos	9.145.969,51

No exercício de 2020, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por benefícios monetários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	2 Sem. 2020	31/12/2020	2 Sem. 2019	31/12/2019
Honorários	(307.328,58)	(614.657,16)	(301.360,98)	(604.067,38)
Conselho de Administração	(285.650,38)	(548.264,50)	(257.514,72)	(510.254,02)
Conselho Fiscal	(42.386,98)	(83.852,50)	(40.660,32)	(81.069,06)
Gratificações da Administração	(40.458,28)	(134.331,19)	(86.158,68)	(163.448,26)
FGTS Diretoria	(24.586,20)	(51.221,10)	(25.875,86)	(51.822,10)
INSS Diretoria/Conselhos	(122.273,94)	(254.745,84)	(128.695,43)	(257.625,49)
Total	**(822.684,36)**	**(1.687.072,29)**	**(840.265,99)**	**(1.668.286,31)**

9.16 Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDICAF em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDICAF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira (nota **4**)	213.116.572,16	99.584.357,58
Ativo Permanente - Investimentos (nota **8**)	12.368.202,08	11.921.318,69
Passivo circulante e não circulante - Obrigações por empréstimos e repasses (nota **12)**	-	38.964.892,74

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 26 de agosto de 2020, com opinião sem modificação.

9.17 Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

9.18 Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

9.19 Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).
O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

9.20 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

9.21 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

9.22 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.
O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.
São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).
Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

10. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R$ 51.141.544,33 (31/12/2019 - R$ 44.421.975,08), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

11. Seguros contratados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

12. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência (PR) do SICOOB CREDICAF estava em conformidade.

13. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
COFINS	1.194.115,55	1.194.115,55	1.163.451,86	1.163.451,86
Outras Contingências	966.194,31	82.421,20	888.951,50	87.668,35
Total	**2.160.309,86**	**1.276.536,75**	**2.052.403,36**	**1.251.120,21**

PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICAF existem 05 processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 315.828,37.

Lajinha (MG), 19 de fevereiro de 2021.

JOÃO BATISTA BARTOLI DE NORONHA
Presidente do Conselho

WILIAN BERBERT TOMAZ
Diretor Executivo

GLEYDSON ANTUNES DA COSTA
Diretor Executivo

ORLANDO CARVALHO CEZAR
Diretor Executivo

ALINE FABIANA DOS SANTOS TEIXEIRA DOMINGOS
Contador – CRC/MG 081.75

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda – SICOOB CREDICAF

Lajinha - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda – SICOOB CREDICAF**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda – SICOOB CREDICAF,** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda – SICOOB CREDICAF

Lajinha - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda – SICOOB CREDICAF**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda – SICOOB CREDICAF,** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Belo Horizonte - MG, 26 de fevereiro de 2021.

SERPRO
Assinado digitalmente por:
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CPF: 57922691068
Assinado em: 03/03/2021
Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço : <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>

Luciano Gomes dos Santos
CRC RS 59.628
CNAI 3087

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Leste de Minas Ltda. – SICOOB CREDICAF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, relativos a 31 de dezembro de 2020 e 2019, com base no relatório dos Auditores Independentes – CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, emitido em 26 de fevereiro de 2021, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras examinadas, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDICAF.

Lajinha (MG), 26 de fevereiro de 2021.

Conselheiros Efetivos:

Marli de Melo Regli Silva
Coordenadora do Conselho Fiscal

João Batista da Silva
Secretário do Conselho Fiscal

Rodrigo da Silva Ferreira
Conselheiro Fiscal Efetivo

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDICAF – AV. DR. RUBENS BOECHAT DE OLIVEIRA, Nº 310, BAIRRO CENTRO, CEP 36.980.000 – CNPJ MF.: 25.395.435/0001-03 – NIRE Nº 31.4.0000319-3 – EDITAL DE 1ª, 2ª E 3ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA – SICOOB CREDICAF - no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social convoca os associados, em condição de votar, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a ser realizada, de forma SEMIPRESENCIAL, no dia 23 de março de 2021, sendo presencialmente na Sede da Cooperativa, no salão Espaço Credicaf, situada à Rua Herculano Ker, n° 67, Centro, na cidade de Lajinha (MG), e à distância por meio do aplicativo Sicoob Moob, às 11h30min em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do número de associados, às 12h30min em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados; ou em terceira e última convocação às 13h30min com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte. ORDEM DO DIA: 1. Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanços elaborados no primeiro e no segundo semestres do exercício social anterior; c) relatório da auditoria externa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa; d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; 2. Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas, com a possibilidade de compensar, por meio de sobras dos exercícios seguintes o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo; 3. Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas, com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas; 4. Fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e do valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios dos membros da Diretoria Executiva; 5. Assuntos diversos de interesse social. OBS.: 1. A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá de forma SEMIPRESENCIAL, na sede social do SICOOB CREDICAF, e também através do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os associados, que poderão participar e votar. Essas e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no sítio http://www.sicoob.com.br. Visando o atendimento das exigências e recomendações das autoridades de saúde para evitar a propagação da COVID-19, bem como o cumprimento da legislação aplicável, o SICOOB CREDICAF recomenda que a participação na Assembleia Geral, sempre desejável, aconteça, preferencialmente, através do aplicativo Sicoob Moob e que a participação presencial seja restrita ao associado que não possua condições técnicas de utilizar o aplicativo e que entenda ser indispensável sua participação. 2. Considerando que este Edital será publicado em jornal de grande circulação, bem como afixado nas dependências comumente mais frequentadas pelos associados, não será feita a sua leitura durante a Assembleia Geral Ordinária, visando agilizar os trabalhos.

Lajinha (MG), 07 de março de 2021.
JOÃO BATISTA BARTOLI DE NORONHA
Presidente do Conselho de Administração
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO LESTE DE MINAS LTDA. - SICOOB CREDICAF

COOPERATIVA REGIONAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DO POVO QUE LUTA

Cooperativa Regional Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas do Povo Que Luta.

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A **COORPOL - C**ooperativa Regional Industria e Comercio de Produtos Agrícolas do Povo Que Luta, CNPJ: 08.437.629/0001-05, convoca os senhores cooperados para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária PRESENCIAL** a realizar-se-á no Salão Paroquial na Rua Padre Francisco de Carvalho n° 170, em **São Sebastião do Sacramento** no dia **20 de Março de 2021**, em primeira convocação às 07:00 horas, com a presença de 2/3 dos cooperados, em segunda convocação às 08:00 horas, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total de cooperados, e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às 09:00 horas, com a presença mínima de 10 cooperados, a fim de deliberarem sobre a seguinte.

ORDEM DO DIA:

1. **Prestação de contas 2019 compreendendo**
   a- Relatório de Gestão;
   b- Balanço Patrimonial;
   c- Demonstração de Sobras ou Perdas e demais Demonstrativos;
   d- Parecer do Conselho Fiscal; e
2. II – Destinação das Sobras; ou
3. II - Rateio das Perdas;
4. **III - Eleição e posse do Conselho Administrativo e conselho Fiscal**
5. **IV - Plano Desenvolvimento do Comercio Justo 2020.**
6. V - Assuntos Gerais

Os cooperados em condições de votar são 118 (cento e dezoito) haverá participação de convidados e observadores.

A assembleia Geral cumprirá todos os protocolos de saúde, sendo obrigatório o uso de máscara no local.

Manhuaçu, 02 de março 2021.

Ercilei José de Oliveira
Presidente

Av.Pe Francisco de Carvalho nº. 138, centro, Sacramento Manhuaçu MG. Cep: 36.909-700. fone: 33 3378.1025
Whatssap 33 98406 7647 e-mail coorpol@bol.com.br

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IPANEMA/MG
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ipanema / MG- SAAE, através de sua Pregoeira nomeada, torna pública a abertura dos Processos Licitatórios, na modalidade Pregão, na forma presencial, do tipo menor preço por ITEM, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações, e demais condições fixadas no instrumento convocatório:

Processo Licitatório no 11/2021, na modalidade Pregão no 02/2021 Objeto: Aquisição de produto químico para tratamento de água de Ipanema/MG, de acordo com o anexo I, Apresentação para Credenciamento dos Licitantes: 17/03/2011 até as 13h30min horas. Abertura da Sessão Oficial do Pregão: 17/03/2021 às 13h30min horas.

Local: Rua Felipe dos Santos nº 426- Centro, CEP:36950-000, Ipanema/MG. Informações pelo telefone (33) 3314-2534, das 13h00min às 16h00min horas ou pelo email licitacao@saaeipanemamg.com.br O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço acima. Ipanema / MG, - Pregoeira - EDDYMARY ASSIS DOS SANTOS.

Viver é aprender.
CAF
Centro de Apoio à Família

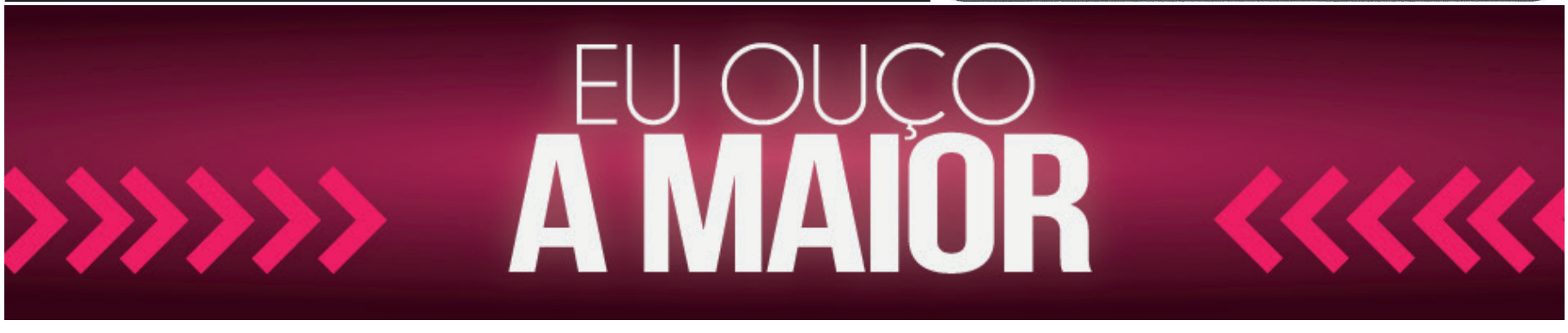
Convocação Assembleia Geral Ordinária

CAF – Centro de Apoio à Família – Boa Nova

A Diretoria Executiva do CAF, no uso de suas atribuições legais, convoca seus associados para a eleição e posse de seus órgãos administrativos gestão 2021-2023 a realizar-se no dia 16/03/2021 na sede da entidade à Av. Hervê Cordovil, s/n Bairro São Francisco de Assis, Manhuaçu/MG às 8h em primeira convocação e às 8h e 30m em segunda convocação.

Manhuaçu, 03 de março de 2021

Roger Fernando S. Bastos - Presidente



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

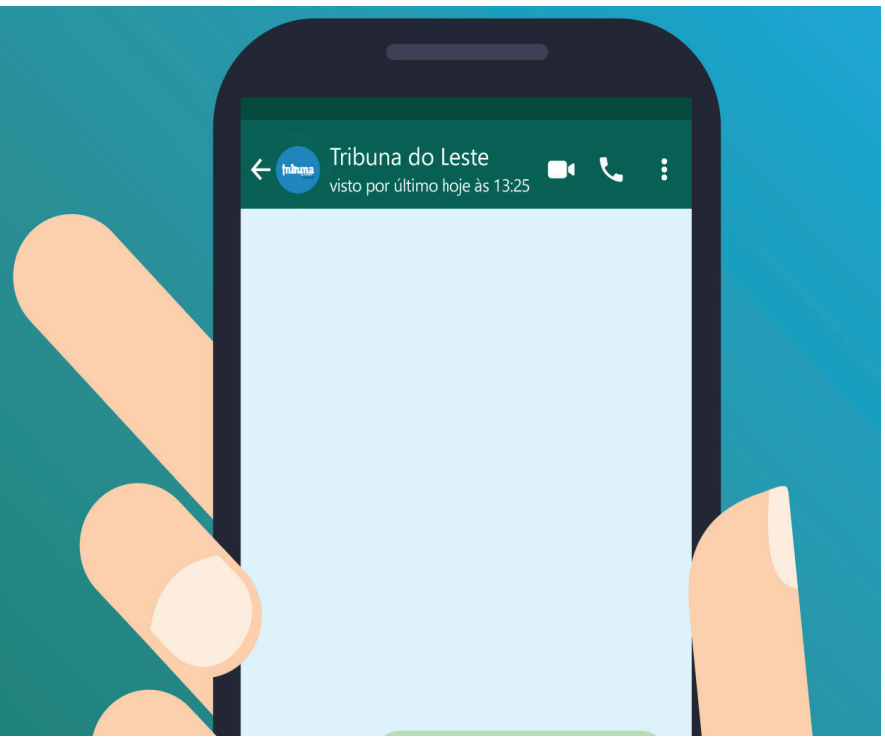
O **HOSPITAL CÉSAR LEITE**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob n° 22.263.081/0001-55, com sede na Praça Dr. César Leite, n° 383, Bairro Centro, em Manhuaçu/MG, CEP: 36.900-000, operador do Plano de Saúde PLANCEL, representado por seu Diretor, Dr. Leandro Satler Campos, na forma da lei, NOTIFICA os consumidores abaixo arrolados, os quais não foram localizados nos endereços conferidos à operadora, a comparecerem no escritório do PLANCEL, situado Rua Maestro Filomeno dos Santos, nº 05, Bairro Centro, em Manhuaçu, CEP: 36.900-022, entre 08h00m e 17h00m dos dias úteis de segunda a sexta-feira, e no prazo improrrogável de15 dias, a contar da publicação deste Edital, para PAGAMENTO do débito existente, sob pena de rescisão do Contrato de Plano de Saúde, caso não ocorra a regularização da situação do consumidor. Em caso de dúvidas o consumidor poderá entrar em contato, durante o horário comercial, pelo telefone: (33) 3331-3470.

Consumidor	Plano	Contrato	Competência	Dias de Atraso	Valor Atual
138.800.436-xx	PRO FAMILIA II	034066	12/2020 02/2020	67 05	R$ 102,38 R$ 91,42
179.088.226-xx	PRO FAMILIA II	033576	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 95,38 R$ 100,67 R$ 94,98
083.037.576-xx	PRO FAMILIA II	100273	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 132,22 R$ 137,87 R$ 130,07
109.456.556-xx	PRO FAMILIA II	020063	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 106,49 R$ 103,82 R$ 103,82
164.935.226-xx	PRO FAMILIA II	030906	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 90,16 R$ 94,60 R$ 89,25
161.730.706-xx	PRO FAMILIA II	033515	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 90,16 R$ 97,61 R$ 92,09
207.848.297-xx	PRO FAMILIA II	032867	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 102,38 R$ 96,90 R$ 91,42
170.692.456-xx	PRO FAMILIA II	031805	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 138,88 R$ 147,49 R$ 139,14
038.553.096-xx	PRO FAMILIA II	031202	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 540,25 R$ 559,89 R$ 528,22
085.792.006-xx	PRO FAMILIA II	011588	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 128,63 R$ 132,48 R$ 124,98
067.246.936-xx	PRO FAMILIA II	508056	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 337,88 R$ 363,85 R$ 345,15
162.841.587-xx	PLANCEL A	007430	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 158,75 R$ 165,54 R$ 156,17
165.308.276-xx	PRO FAMILIA II	030991	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 90,16 R$ 94,03 R$ 88,70
132.590.026-xx	PRO FAMILIA II	012059	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 90,15 R$ 94,03 R$ 88,70
063.968.126-xx	PRO FAMILIA II	008029	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 159,34 R$ 150,81 R$ 153,86
183.579.826-xx	PRO FAMILIA II	033882	12/2020 02/2021	67 5	R$ 102,38 R$ 91,42
111.376.096-xx	PRO FAMILIA II	033882	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 120,20 R$ 166,02 R$ 156,63
122.422.126-xx	PRO FAMILIA II	111422	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 85,37 R$ 96,87 R$ 91,89
945.552.576-xx	PRO FAMILIA II	031174	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 540,25 R$ 556,42 R$ 524,94
128.394.496-xx	PRO FAMILIA II	032617	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 93,07 R$ 95,26 R$ 89,87
184.539.636-xx	PRO FAMILIA II	033977	12/2020 02/2021	67 05	R$ 102,28 R$ 91,42
177.102.236-xx	PRO FAMILIA II	032914	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 95,38 R$ 90,27 R$ 85,16
064.709.436-xx	PRO FAMILIA II	030744	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 359,68 R$ 377,38 R$ 356,03
177.593.416-xx	PRO FAMILIA II	033354	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 100,93 R$ 95,52 R$ 97,46
034.211.356-xx	PRO FAMILIA II	006507	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 294,55 R$ 278,78 R$ 263,01
459.234.346-xx	PRO FAMILIA II	031544	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 380,46 R$ 360,09 R$ 339,72
132.227.867-xx	PRO FAMILIA II	031427	12/2020	67	R$ 120,69
055.670.456-xx	PRO FAMILIA II	020270	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 251,37 R$ 293,42 R$ 298,73
029.221.826-xx	PLANCEL A	033578	12/2020	67	R$ 428,51
168.342.686-xx	PRO FAMILIA II	032616	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 93,07 R$ 95,26 R$ 89,87
036.996.756-xx	PRO FAMILIA II	031545	12/2020 01/2021 02/2021	67 36 5	R$ 172,17 R$ 231,39 R$ 218,30
Consumidor	**Plano**	**Contrato**	**Competência**	**Dias de Atraso**	**Valor Atual**
14.102.932/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000674	02/2021	18	R$ 342,65
18.497.032/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000304	02/2021	18	R$ 1830,13
14.685.629/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000659	02/2021	18	R$ 300,27
12.160.732/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000462	02/2021	18	R$ 450,41
10.854.938/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000640	02/2021	18	R$ 678,33
09.250.311/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000690	02/2021	18	R$ 436,69
27.420.750/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000690	02/2021	18	R$ 237,20
32.342.535/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000613	02/2021	18	R$ 250,87
21.045.707/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000403	02/2021	18	R$ 495,88
04.069.468/0001-xx	PLANCEL PREMIUM	000460	02/2021	18	R$ 350,84

Manhuaçu - MG, 05 de Março de 2021.
Hospital César Leite- Plancel – REG. ANS: 314706.
Dr. Leandro Satler Campos - Diretor Plancel

VOCÊ EM CONTATO COM A REPORTAGEM DO MELHOR JORNAL DA REGIÃO

Entre em contato com a redação pelo Whatsapp do Jornal Tribuna do Leste. O número é (33) 8403-8708. Compartilhe conosco o que acontece na sua rua, no seu bairro ou até mesmo divulgar um flagrante ou uma notícia!



NOVA FM 88,3

QUEM OUVE SABE O QUE QUER

A maior (e a melhor) da região

/NOVAFM88

/NOVAFM88

88NOVAFM.COM.BR